

Projeto de pós-doutorado

O discurso filosófico da acumulação primitiva

Pedro Rocha de Oliveira

Setembro de 2018

Objetivo

Estudar exemplos paradigmáticos da filosofia da alvorada da modernidade inglesa à luz dos fenômenos da acumulação primitiva de capital, de tal modo a buscar uma relação de decifração recíproca entre a história do pensamento e a história material.

Justificativa

A historiografia sobre a origem do capitalismo esteve desde sempre marcada por uma ideologia de progresso. Karl Marx situou os problemas dessa historiografia num lugar privilegiado tanto no *Manifesto Comunista* quanto no *Capital*. É do primeiro texto que data a ideia de que a revolução burguesa, por um lado, e o desenvolvimento técnico capitalista, por outro, haviam aberto uma temporalidade especial, a qual tinha o atributo único na história da humanidade de poder sepultar para sempre a luta de classes, a exploração do homem pelo homem, e a necessidade material¹. Já foi observado o quanto Marx era tributário do entusiasmo tipicamente moderno pela própria modernidade². Uma expressão particularmente bizarra desse entusiasmo é o elogio à colonização britânica da Índia como “a maior e, para falar a verdade, a única revolução social de que se tem notícia na ásia Ásia”, num artigo para o *New-York Daily Tribune* que não é insensível às violências imperialistas, mas termina com uma citação de Goethe sobre o bem que o sofrimento faz à alma humana³.

Contudo, no famoso Capítulo 24 do Livro 1 de sua ópera magna, Marx é menos equívoco em sua denúncia dos horrores da “assim chamada acumulação primitiva”, o processo brutal através do qual a agricultura de subsistência começou a ser substituída pelo capitalismo agrário-mercantil

1 Marx, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

2 Berman, Marshall. **All that is solid melts into air**. New York: Penguin Books, 1988.

3 Marx, Karl. “The British Rule in India”. In: **New-York Herald Tribune**, June 25, 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>. Acesso em setembro de 2018.

na Inglaterra⁴. Aí, o que o autor legou foi um relato contundente de como a civilização moderna foi inaugurada por um processo violento de expropriação; de como os trabalhadores da era moderna, “livres como pássaros”⁵, originaram de populações relutantes em abandonar seu modo de vida pré-moderno, e que tiveram que ser coagidas através dos subterfúgios jurídicos do Estado moderno nascente, as torturas de políticas penais desumanas, e o brutal projeto pedagógico das *workhouses*. A acumulação primitiva é retratado por Marx como um período de violência econômica e extraeconômica explícita, quando a ação dos setores sociais interessados no desenvolvimento do capitalismo nascente têm muito pouco do potencial civilizatório da sociedade burguesa plena cuja atmosfera de permeabilidade política é evocada pelo *Manifesto* ou nas “Exigências do Partido Comunista na Alemanha”, que fala de planos para o dia em que os socialistas, eleitos pelo proletariado organizado, obtiverem a maioria parlamentar⁶.

Ao longo do século XX, contudo, e mesmo nos tempos que correm, a historiografia sobre a origem do capitalismo, ou sobre a alvorada da sociedade moderna, manobrou ao redor do conceito de acumulação primitiva, optando por abordagens pautadas pela compreensão da ascensão da burguesia e das instituições modernas como marcas de um progresso civilizatório positivo. Nesse sentido, a “ortodoxia” da Segunda Internacional apresentava a sociedade burguesa como uma etapa necessária entre as trevas do feudalismo e a emancipação socialista futura. E se a crítica da ortodoxia cuidou de combater o mecanicismo dessa abordagem, não desviou-se da avaliação positiva a respeito da sociabilidade moderna. É o que se vê no trabalho de Robert Brenner, que foi o pivô dessa crítica no que tange à historiografia sobre o berço do capitalismo, a Inglaterra dos séculos XVI-XVII.

Num trabalho publicado em 1976, intitulado “A estrutura de classes agrária e o desenvolvimento industrial na Europa pré-industrial”⁷, Brenner procurava chamar atenção sobre a dimensão política da ascensão do capitalismo. Contra uma leitura vulgar da “contradição entre forças produtivas e relações de produção”, e um retrato da derrocada da sociedade feudal resultante sobretudo de fenômenos puramente econômicos, o autor argumentava ser fundamental compreender a atuação política específica dos setores interessados na emergência do capitalismo agrário-

4 Marx, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 785-844. Num estudo anterior, tivemos a oportunidade de aprofundar-nos no tema da acumulação primitiva. Rocha de Oliveira, Pedro. **Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna. Estudo sobre a acumulação primitiva de capital**. Rio: PUC-Rio; São Paulo:, Loyola, 2018.

5 Marx, **Capital I**, p. 805. A novidade do “proletariado inteiramente livre” produzido pela acumulação primitiva na tradução brasileira é, no alemão original, “*vogelfrei*”.

6 Marx, Karl. Engels, Friedrich. “Demands of the communist party in Germany”. Março de 1848, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/03/24.htm>. Acesso em setembro de 2018.

7 Brenner, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. **Past & Present**, No. 70 (Feb., 1976), pp. 30-75. Uma detalhada reconstituição dos “debates Brenner” é fornecida por Dimmock, Spencer. **The origin of capitalism in England, 1400-1600**. Boston: Brill, 2014, capítulo I

mercantil, especialmente os terratenentes não-nobres e os mercadores. Sem o protagonismo desses grupos, e a imposição de seus interesses econômicos – ou seja, sem a luta de classes – o “desenvolvimento econômico de longo prazo” era impensável, e também a “transição do feudalismo para o capitalismo”⁸.

Ao mesmo tempo, Brenner não abandonava a perspectiva do “desenvolvimento”. O emprego dessa terminologia traía uma ideologia compartilhada com a ortodoxia marxista que vinha criticar: a apreciação positiva do processo histórico que dá origem à modernidade. Assim, Brenner fala de “capitalismo ou desenvolvimento econômico bem-sucedido”⁹. Analisa a “parceria” entre os novos terratenentes capitalistas ingleses do século XVI e os camponeses que, depois de espoliados, precisavam engajar-se em processos mercantis de lida com a terra, de tal modo a “liberar [os terratenentes], deixando-os livres para implementar as inovações técnicas (...) e para fazer os investimentos de grande porte (...) que eram em geral impraticáveis nas fazendas pequenas, não-cercadas [*unenclosed*], geridas pelos camponeses”¹⁰. Fala, ainda, de “aprimoramentos” (*improvements*) nas terras – repetindo um termo evidentemente valorativo que era usado pelos apologistas do cercamento dos campos: pela gente que havia perpetrado os horrores da acumulação primitiva discutidos por Marx¹¹.

Num estudo posterior¹², Brenner focou mais especificamente na atuação político-econômica dos mercadores londrinos nos séculos XVI-XVII, período que, aliás, recebeu comparativamente menos atenção de Marx do capítulo sobre acumulação primitiva, concentrado nos eventos cronologicamente mais próximos à eclosão da revolução industrial. Aí, Brenner antepõe, de um lado, as classes mercantis, parlamentaristas e puritanas, à aristocracia tradicional, antiparlamentarista e católica. Relaciona as transformações políticas tipicamente modernas – o enfraquecimento dos bispos, o controle parlamentar sobre os recursos públicos, a formação de um exército nacional regular, e o enfraquecimento da autoridade monárquica – à atuação das classes mercantis, ou das alianças em que elas estavam presentes. Chama atenção sobre o caráter “relativamente democrático”¹³ da instituição parlamentar e dos mecanismos de campanha e petição empregado pelas “classes parlamentares”. O “antiabsolutismo” teria sido fortalecido pelos “desenvolvimentos socioeconômicos” do século XVII, na medida que “o capitalismo agrário se

8 Brenner, op. cit. p. 32.

9 Brenner, op. cit. p. 62

10 Ibid. p. 64

11 Ver a observação de Comninel sobre o emprego do termo pela literatura entusiasmada com o progresso capitalista em Comninel, George C. “English Feudalism and the Origins of Capitalism”. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 27, No. 4, July 2000, p. 37.

12 Brenner, Robert. **Merchants and revolution**. London: Verso, 2003. A obra é originalmente de 1993

13 Brenner, op. cit. p. 710.

consolidou crescentemente e o aprimoramento da agricultura acelerou”¹⁴.

Assim, de costas para os horrores da acumulação primitiva, Brenner é tributário de uma concepção de progresso econômico que, devido às relações de classe nele implicadas, envolveria um progresso político que apontaria para uma suposta abertura das possibilidades históricas contidas nas instituições burguesas. No entanto, é digno de nota que essa possibilidade é avaliada *na medida que* a brutalidade do processo de acumulação primitiva desaparece por trás de um discurso sobre os “aprimoramentos” econômicos da alvorada do capitalismo. Como fica o “caráter relativamente democrático” das instituições modernas frente aos “momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência”¹⁵ – frente às crianças perdendo os membros no avançado maquinário fabril, os trabalhadores que dormiam em pé, os vagabundos famintos sendo marcados a ferro – de que nos fala Marx? O notável – na verdade, o intolerável, desde um ponto de vista historiográfico responsável – é que Brenner simplesmente não tenha sequer levado em conta a questão sobre essa relação para formular seus juízos promissores a respeito da sociedade moderna.

Em grande parte, a historiografia posterior sobre a alvorada da modernidade inglesa teve a obra de Brenner como baliza mas, mesmo quando isso não aconteceu, em geral não conseguiu (nem tentou) escapar da referência progressivista, da apreciação positiva do processo de modernização, e do bizarro silêncio diante da relação entre essa apreciação e a violência originária do capitalismo. Com isso, a consciência dos terríveis custos humanos envolvidos na ascensão da modernidade, proporcionada pelo capítulo de Marx sobre a acumulação primitiva, foi historiograficamente recalcada. Deu-se isso mesmo com as tentativas originais de atentar não à ação das elites econômicas, mas às massas acuadas pelo processo de modernização, como exemplificado pela obra de Andy Wood.

A. Wood, realizou um esforço recente de interpretação das revoltas populares da Era Tudor, período dinástico que coincide com as primeiras etapas do processo de modernização econômica, social e política na Inglaterra¹⁶. O autor parte do que ele identifica como uma “nova história social da micropolítica” na alvorada da modernidade. Essa historiografia se debruça sobre a política no nível das aldeias e das paróquias, e se opõe à abordagem mais tradicional centrada nas vidas e afazeres da aristocracia, dos conselhos monárquicos e das oligarquias londrinas. Nesse sentido específico, A. Wood se antepõe à historiografia marxista consagrada construída em torno do “debate Brenner”. Importantes referências para A. Wood são os trabalhos de Steve Hindle¹⁷ e Michael J.

14 Ibid. p. 711

15 Marx, **O capital I.** p. 787

16 Wood, Andy. **The 1549 Rebellions and the Making of Early Modern England.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007

17 Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640.** New York: Palgrave, 2002

Braddick¹⁸, que focaram nas transformações impostas pela centralização estatal da Era Tudor sobre a forma de vida das “pessoas comuns”, através de expressões institucionais, judiciais, econômicas, etc. A. Wood pretende trabalhar com essas transformações, utilizando-se, no entanto, de uma ênfase nuançada: sua atenção está voltada para a maneira como as “pessoas comuns” teriam sido não o *objeto* da política de centralização projetada pela Coroa, mas *sujeitos* da implementação dessas políticas, enquanto participantes ativos dela.

Nesse sentido, A. Wood procura enfatizar o protagonismo das “pessoas comuns” na construção da sociedade moderna, enquanto caracteriza os “conflitos de classe”¹⁹ da Era Tudor também como modernos num sentido específico. Parte de um discurso sobre o “papel neutro” ou “de mediação” da Coroa, e sugere que essa dimensão do Estado moderno teria sido explorada pela atividade política das pessoas comuns. Nessa medida, atenta às “atitudes frente à lei, à ordem e à formação estatal”, e conclui que, “longe de ver o Estado como o braço coercitivo da classe dominante, os rebeldes do final da Idade Média estavam mais inclinados a percebê-lo como uma agência que precisava ser fortalecida contra a violência e a corrupção” das elites²⁰.

O autor afirma que dois tipos fundamentais de evidência sugerem, de início, essa leitura. Em primeiro lugar, estão os relatos da época e documentos produzidos pelos revoltosos, nos quais aparece uma linguagem política que peticiona à Coroa que intervenha contra os males socioeconômicos: o senhorio corrupto, os clérigos gananciosos, os mercantes inescrupulosos, o preço do pão, etc. Através das petições, produzidas no calor dos levantes, os rebeldes – ou, pelo menos, os seus porta-vozes – escolheriam o monarca como interlocutor, e verbalmente depositariam nele sua esperança na resolução de seus problemas²¹. Nesse sentido, na interpretação de A. Wood, os revoltosos, enquanto atores políticos, reconheceriam o papel de neutralidade institucional da Coroa, bem como suas atribuições de regulação política e econômica: ou seja, os revoltosos relacionar-se-iam com uma instância fundamentalmente administrativa – com o Estado moderno.

O segundo tipo de evidência que A. Wood arrola para suportar o caráter moderno do protagonismo popular da Era Tudor é o aumento do litígio. Há evidência volumosa de que o período foi marcado por uma intensificação significativa da atividade das cortes de justiça controladas direta ou indiretamente pela coroa, cada vez mais buscadas pelas chamadas “pessoas comuns”. Tal intensificação aconteceria, por um lado, em detrimento das cortes locais que encontravam-se sob o

18 Braddick, Michael J. **State formation in Early Modern England, 1550-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

19 A. Wood, op. cit. p. xvii

20 Ibid. p. 7

21 Existe, evidentemente, a documentação que suporta a argumentação de A. Wood. A questão é se tal documentação é realmente representativa. Além do material citado pelo próprio A. Wood, ver também a seleção de material primário apresentada em Fletcher, Anthony. MacCulloch, Diarmaid. **Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008, pp. 146s., 156s.

domínio da aristocracia, e que, por esse motivo, tinham sua funcionalidade comprometida no caso de disputas que tangessem direta ou indiretamente os direitos senhoriais. Por outro lado, também se verifica que disputas entre pessoas comuns, que antes eram solucionadas extrajudicialmente através de acordos formais testemunhados pelos próprios aldeões, foram passando a ser transformadas em ações legais nas cortes da Coroa²². Nesse sentido, a atividade judicial cotidiana estaria se conformando à reconfiguração institucional imposta pela centralização estatal da Era Tudor, o que, na interpretação de A. Wood, significaria uma legitimação desse processo de centralização por parte das “pessoas comuns”.

Por um lado, as escolhas teóricas feitas por A. Wood estão baseadas na evidência disponível, e ajudam-no a construir seu argumento a respeito da modernidade da ação política popular. Por outro lado, os argumentos fundamentais estão baseados numa leitura parcial da evidência, e numa interpretação tendenciosa dela. Se é possível, sem dúvida, identificar um código de expressão e de comportamento, por parte dos rebeldes da Era Tudor, que passa por um respeito à estrutura monárquica de poder, e de seu reconhecimento como estrutura administrativa, é questionável se é essa característica da revolta popular que deve ser empregada como chave de leitura do complexo fenômeno em pauta. Quando voltamos nossa atenção, por exemplo, para a chamada “Revolta do Livro de Oração” deflagrada em 1549 no extremo Oeste inglês, o quadro que se delineia vai no sentido oposto ao do reconhecimento político da atividade modernizante da Coroa. Aí, encontramos multidões que lutaram pela manutenção do costume religioso e do idioma locais, rebatendo a padronização religiosa imposta pelo aparato monárquico²³. Como parte da Reforma Inglesa, tal padronização era expressão da conformação moderna do Estado inglês, projetando a unidade nacional no campo dos costumes e da religião e, pela primeira vez na história inglesa, afirmando a monarquia como poder incontestado e incomparável em toda a Inglaterra²⁴, às expensas do Papado Romano. Nesse sentido, revoltar-se contra a Reforma Inglesa parece ser revoltar-se *contra* a modernização estatal, de modo que a Revolta do Livro de Oração cai fora do esquema pretendido de A. Wood.

Da mesma forma, não encontramos uma configuração típica da modernidade política quando atentamos para o fenômeno rebelde dos “Homens Acampados” de Yorkshire, em 1549. Aí, dificilmente conseguiremos montar a imagem de um reclame popular por um Estado mediador de

22 C.f. Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002, pp. 69, 99, 117. Esse incremento na atividade das cortes é identificado por Hindle como um dos sinais particularmente significativos de que o Estado inglês estava sofrendo modificações na alvorada da modernidade, e de que uma das principais consequências de tais modificações era uma capacidade da Coroa de agir diretamente sobre a vida das pessoas comuns.

23 Fletcher, Anthony. MacCulloch, Diarmaid. **Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008. pp. 56ss, 62ss.

24 Conforme formulado explicitamente no *Act in Restraint of Appeals* de 1533.

conflitos: tudo indica que o discurso que inflamava os acampamentos era alimentado por uma profecia milenarista de que “nenhum rei haveria mais de governar a Inglaterra; e os nobres e Gentry-homens haveriam de ser destruídos; e o Reino haveria de ser governado por quatro governadores que seriam eleitos e designados pela Gente Comum, presidindo um Parlamento amotinado”²⁵. Nesse quadro, o empoderamento popular subentendido parece evocar um esquema incompatível com a verticalização envolvida na modernidade política, na qual a instituição estatal, enquanto mediadora, concentra as competências políticas, administrativas e militares. Com os olhos voltados na direção oposta à da modernidade política, o imaginário dos revoltosos, nesse caso, está associado aos esquemas de poder que regiam a democracia aldeã medieval, que tinha suas origens mais remotas na Europa pagã, e que vinha sendo filtrado através dos séculos pelo milenarismo cristão radical.

Ademais, também é importante observar que nenhuma documentação disponível nos permite averiguar diretamente o que de fato pensava a “gente comum” amotinada. A cultura oral que orientava seu imaginário não foi capaz de sobreviver à violência da modernização capitalista. Contudo, diante desse fato, a escolha metodológica de A. Wood é empregar a expressão “pessoas comuns” num sentido semelhante ao de “Terceiro Estado”, consagrado pela historiografia da Revolução Francesa. Nesse caso, se os “*commons*” são qualquer um que não pertence à alta aristocracia, então incluiríamos em tal grupo parte da *gentry* (a pequena nobreza), as oligarquias citadinas e os proprietários rurais – setores sociais componentes da elite estendida, gente letrada, capaz de redigir documentos, e, em grande parte, diretamente interessada na ascensão do capitalismo. Uma vez que representavam uma parcela minúscula da sociedade inglesa, esses setores dificilmente poderiam ser chamados de “comuns”. Porém, sua falta de representatividade demográfica é escondida por trás de um abundante legado documental: entre diários, cartas, tratados políticos, testamentos, relações de bens, etc., esse setor social deixou abundante documentação, inclusive na medida que associava-se às rebeliões populares e redigia demandas políticas de ocasião, partindo do ponto de encontro entre seus interesses objetivos e aqueles do baixo campesinato e dos jornaleiros urbanos: em especial, o anticlericalismo e a revolta contra a aristocracia. Ao mesmo tempo, a elite não-nobre encontrava uma forma de inserir, entre aquelas demandas políticas, exigências compatíveis com o cercamento dos campos, tais como a redução do imposto sobre os rebanhos de ovelhas, as quais tinham evidente impacto negativo sobre a vida da maioria da população, dependente da agricultura de subsistência.

A mistura estranha de demandas de elite e de demandas populares nas petições dos revoltosos na alvorada da modernidade foi notada pela literatura, e sua interpretação em geral leva

25 Wood, A. Op. cit., p. 54

em conta a composição complexa daquilo que se entende por “gente comum”²⁶. Ao mesmo tempo, desde o ponto de vista dos rebeldes, há evidências de que a terminologia política não causava confusão. Um exemplo eloquente disso pode ser extraído da revolta do Lincolnshire de 1536. Nela, inicialmente, massas de pequenos camponeses e pequenos artesãos uniram-se aos médios proprietários locais e obrigaram a *gentry* a negociar suas demandas com os emissários reais. Durante essas negociações, contudo, foi extraído um acordo desfavorável para os setores populares que, mais tarde, foram derrotados por tropas a serviço da aristocracia e da Coroa. No inquérito de traição subsequentemente instaurado, uma liderança popular lamentou sua união momentânea com a *gentry* declarando: “que filhos de umas putas fomos por não termos matado os gentis-homens; sempre achei que nos trairiam”²⁷. Essa fala, em contexto, expressa a consciência dos setores populares sobre a falsidade da acepção vaga da expressão “pessoas comuns”: os limites da união política pontual com a pequena nobreza e com os proprietários de terra.

Dito isso, podemos nos debruçar sobre o aspecto mais característico da abordagem de A. Wood: sua atenção metodológica à “virada linguística” para a leitura da atividade política popular na alvorada da modernidade. O autor nos diz que “historiadores materialistas tenderam a rejeitar o foco histórico sobre a linguagem, considerando-o incompatível com a análise do conflito de classe”²⁸, e anuncia sua intenção de remediar essa omissão. Tal intenção, contudo, é estranhíssima: *como* realizar análise da linguagem de setores sociais que eram em grande parte analfabetos²⁹ e, portanto, não deixaram testemunho escrito direto a respeito de si mesmos? Essa pergunta só pode ser respondida ressaltando a maneira tendenciosa com que A. Wood explora o significado turvo da expressão “pessoas comuns”. Para que sua escolha metodológica seja realizável, o autor acaba obrigatoriamente focando num setor social muito específico, que já não pode ser simplesmente identificado com o sentido mais propriamente popular daquela expressão. E então os limites muito estreitos do trabalho de A. Wood ficam transparentes. Por um lado, sua obra não teria interesse se seu objetivo fosse demonstrar o engajamento das elites não-nobres no processo de modernização: esse trabalho já foi feito por Robert Brenner, Christopher Hill e outros. Não haveria novidade alguma em pinçar os setores proprietários de dentro do universo da “gente comum” e mostrar sua relação umbilical com a ascensão do estado e do capitalismo. Assim, o argumento de A. Wood depende da acepção de “gente comum” num sentido amplo, englobando os setores populares. Mas,

26 C.f. Fletcher, MacCulloch, p. 48

27 Ibid. p. 30.

28 A. Wood op. cit. p. 17

29 Nem mesmo parece haver estimativas confiáveis para a porcentagem de “pessoas comuns” capazes de ler e escrever no século XVI; no século XVII, a sugestão é que apenas 25% da população masculina inglesa sabia escrever seus próprios nomes. (Bucholz, R. O. Key, Newton. **Early modern England, 1485-1714: a narrative history**. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 163-4).

então, a evidência passa a ser não-representativa, a interpretação parcial, e a metodologia inadequada.

Vimos como existem significativos contraexemplos da interpretação moderna do peticionamento “popular” à Coroa durante as rebeliões da Era Tudor. O outro baluarte da interpretação de A. Wood, o aumento do litígio, pode ser alvo de uma crítica semelhante. O próprio Hindle, que é uma das fontes para o empreendimento da “historiografia micropolítica” de A. Wood, fornece elementos para argumentarmos que a maioria esmagadora da população urbana e rural ficou de fora do processo de judicialização da vida que tem lugar na alvorada da modernidade inglesa, e isso pelo simples fato de que o litígio envolvia o pagamento de custas caras demais³⁰. Nesse sentido, apenas as elites urbanas e aldeãs – os *yeomen*, fazendeiros detentores de extensas posses de terra, mas muito pouco representativos da população rural, e portanto muito pouco “comuns” – teriam participado do aumento do litígio no período.

Desse modo, basta que alarguemos nossa percepção da evidência disponível, ou que aprofundemos nossa compreensão dessa evidência, para que as teses centrais de A. Wood mostrem uma face altamente objetável. Mais do que a fragilidade do argumento, contudo, o que nos interessa é mostrar a ideologia em que está metodologicamente fundamentado. Ao transformar a luta popular na alvorada da modernidade numa luta moderna por reconhecimento junto ao Estado, A. Wood atribui às massas acoçadas pelo processo de modernização uma mirada positiva diante desse mesmo processo. É como se, atraídas pela eficiente neutralidade do Estado moderno, essas massas estivessem historicamente inclinadas a, de bom grado, abandonar o paradigma pré-moderno de subsistência econômica e organização local. Contudo, para demonstrar essa atração, o autor só dispõe de evidência concernente à parte da “gente comum” que tinha interesses próximos aos das elites proprietárias.

Assim, quando observamos o comportamento teórico de A. Wood, o que vemos é um historiador que, imbuído da ideologia do progresso histórico, e da necessidade ideológica de positivar o Estado moderno, não enxerga como tornar os setores populares historiograficamente relevantes, exceto pintando sua participação do processo de modernização. Ao fazer isso, o historiador assume – em imaginação, e a despeito de si mesmo – a mesma posição dos ideólogos do Estado moderno, membros das classes proprietárias, que, como parte das transformações econômico-sociais que empreenderam, precisavam praticar a violência e a exclusão: propagandeavam os *enclosures* e a agricultura comercial pastoril desde o ponto de vista da eficiência econômica, obviamente desprezando a perspectiva daquelas populações que tiveram que ser expulsas da terra para que o capitalismo agrário-mercantil lá se implantasse.

30 Hindle, op. cit. pp. 84, 104, 110.

Andy Wood é motivado, por um lado, por uma intenção de revisão do marxismo tradicional e, por outro, pela ideologia de valorização da modernidade histórica. Mostramos como a manutenção dessa última posição se dá através de uma interpretação tendenciosa da evidência. Em seguida, mostraremos como A. Wood compartilha com o marxismo tradicional que intencionava criticar não apenas a ideologia modernizante, mas também a tendenciosidade diante da evidência com que a sustenta. Para tanto, tomaremos como exemplo daquele marxismo tradicional o trabalho de Christopher Hill sobre “origens intelectuais da revolução inglesa”.³¹

Em alguns sentidos importantes, a obra de Hill se insere na linhagem historiográfica de Brenner: enfatiza o aspecto político da transição para a sociedade moderna, focando na formação intelectual da classe média inglesa. O ponto de partida de seu argumento é a consideração do caráter de momentosa novidade histórica da execução pública de Carlos I, consequência da Guerra Civil inglesa. A decapitação do monarca, conforme o apresenta o autor, colocou enormes exigências sobre a imaginação política dos ingleses. “Os homens de 1789 tiveram a experiência inglesa em que se apoiar” – a guerra civil que transitara para um protetorado e posteriormente uma monarquia: um resultado que consistia no “avesso da anarquia subversiva. Mas a Inglaterra do século XVII podia dispor de muito pouco que, desde o passado, a pudesse orientar.”³² E continua: “A existência de reis, lordes e bispos na Inglaterra era tão antiga quanto os mais antigos registros históricos. O pensamento de todos os ingleses era dominado pela Igreja estabelecida.” Na década de 1640, contudo, as classes respeitadas deixariam de sê-lo, as instituições veneráveis cairiam por terra, e o Rei “seria executado em nome de seu povo. Como é que as pessoas criaram coragem para realizar essas coisas inauditas?”³³

A maneira como Hill começa a responder essa pergunta já nos diz muito. Procurando a inspiração para o regicídio e o turbilhonamento social, Hill descarta rapidamente a cultura popular de revolta que havia animado a Idade Média – e, em 1381, havia culminado numa rebelião generalizada que pôs fim aos direitos feudais dos senhores³⁴. É verdade, nos diz o autor, que, “ao longo da Idade Média, os tecelões se haviam associado à heresia, e os pobres das cidades às revoltas milenaristas.” Isso poderia colocar as classes populares no rol da luta contra a “Igreja estabelecida” que dominava o pensamento dos ingleses. Contudo, nos diz Hill, não podemos buscar aí a origem do imaginário de revolta da Guerra Civil, porque “as heresias e as revoltas haviam sido suprimidas antes que as ideias a elas associadas tivessem atingido a dignidade de um sistema”³⁵. A ideologia do progresso incide aqui com eloquência para condicionar o trabalho do historiador, e torná-lo

31 Hill, Christopher. **Intellectual Origins of the English Revolution**. New York: Oxford University Press, 1980

32 Ibid. p. 4.

33 Ibid. p. 5.

34 C.f. Hilton, Rodney. **Bond men made free**. London: Routledge, 2003.

35 Hill, op. cit. p. 6

indiferente aos processos políticos e culturais que não conspiraram para a produção do tipo de ideia política que caracteriza a modernidade. Os valores intelectuais modernos – no caso, a sistematicidade do pensamento, tão cara à filosofia clássica burguesa – servem de filtro para a historiografia das ideias pré-modernas: só interessa olhar para aquelas formas de pensar e de agir que se comunicam diretamente com as festejadas instituições da modernidade política.

A primeira consequência de tal escolha metodológica, na obra de Hill, é obviamente uma determinada seleção de material: para entender como os Ingleses puderam imaginar a luta contra a monarquia, os lordes e os bispos, o autor volta sua atenção para a ideologia da classe média, do “*middling sort*” que se relacionava de perto com o empreendimento capitalista marítimo e agrário-mercantil. O trabalho historiográfico precisa partir de algum lugar e, portanto, essa seleção de material não é fundamentalmente objetável. Por outro lado, o que convida oposição é a maneira parcial e comprometida como esse material selecionado será interpretado. A partir de abundante documentação, Hill procura definir uma ideologia de classe média em termos de um pensamento científico a respeito da natureza, da política e da economia, ao mesmo tempo que atribui aos elaboradores e portadores desse pensamento a responsabilidade sobre o conteúdo republicano da Guerra Civil Inglesa. Tal conteúdo republicano, por sua vez, é elogiado em termos de um pré-iluminismo, e de um prenúncio do ideário democrático moderno. Mas o argumento permanece marcadamente indiferente ao fato de que as classes empreendedoras da alvorada da modernidade estavam obviamente comprometidas com a violência da acumulação primitiva de capital, o que transparecia em aspectos de sua cultura política e científica.

Um dos baluartes da argumentação de Hill é a maneira como as “ciências práticas” ou “artes mecânicas” – os *crafts* – necessariamente envolviam uma cooperação entre seus praticantes, e fomentavam valores intelectualmente libertadores devido à ênfase na observação e na experimentação. O autor começa estabelecendo que tais artes mecânicas estavam muito difundidas entre as classes médias: “a ciência do reinado de Elizabeth era obra de mercadores e de artesãos, e não de dignatários; era realizada em Londres, e não em Oxford ou em Cambridge; era feita no vernáculo, e não em Latim.”³⁶ Ao mesmo tempo, afirma que “em sua literatura científica escrita em vernáculo, e no nível de seu entendimento científico popular, a Inglaterra era única” na Europa³⁷. Nessa última afirmativa, encontramos, com respeito à expressão “popular”, o mesmo emprego dúbio que, em Andy Wood, caracteriza o emprego de “pessoas comuns”. Como vimos, nas primeiras páginas do livro, o próprio Hill se encarrega de jogar para escanteio uma ideologia popular, herege, que não alcançou o estatuto de sistema; quando, mais adiante, chama a ideologia de

36 Ibid. p. 15

37 Ibid. p. 16

classe média de “entendimento científico popular”, está cuidando de apagar a tensão histórica contida naquele processo de eliminação – apagar a erradicação de um pensamento pré-moderno inadequado à modernidade e sua substituição por um pensamento moderno que tinha uma origem social muito mais estrita, e ligada a interesses econômicos muito mais específicos, do que o milenarismo camponês, de amplo alcance social, herdado do medievo.

De todo modo, Hill nos mostra que os valores cognitivos do iluminismo futuro parecem bem entranhados nos tratados da ciência “popular” do século XVI inglês. Num então famoso manual de matemática, “os leitores não aprendiam apenas matemática (...): também aprendiam que 'homem nenhum deve acreditar em coisa alguma sem demonstração da razão'. Todas as afirmativas (...) deveriam ser testadas pelo raciocínio matemático e pela observação pessoal.”³⁸ A forma didática e dedutiva como eram escritos os manuais de artes mecânicas apostavam na autonomia intelectual dos leitores: “sua intenção deliberada era ajudar os 'mecânicos' a educarem a si mesmos.”³⁹

Hill ainda arrola evidências da conexão entre esse pendor por observação e autonomia e os princípios individualistas da teologia protestante⁴⁰ e, para completar o apanágio esclarecido, ressalta como tal movimento intelectual estava ligado a um projeto de construção nacional. Citando textos do período, nos diz que os tradutores dos tratados clássicos de geometria, e os produtores dos manuais de artes mecânicas “tinham por alvo um 'tipo mediano de homem', entre 'a multidão calhorda e os sábios eruditos', e viam a criação de um público laico esclarecido como um bastião da verdadeira religião e da independência nacional, em um período em que tanto o protestantismo quanto a existência da Inglaterra como um estado independente pareciam ameaçados pela Espanha.”⁴¹

A multidão calhorda é, evidentemente, uma ralé desprovida de pensamento sistemático, imbuída de imaginário milenarista (o qual às vezes era radicalmente democrático, como vimos acima, mas pouco importa). A expressão é evocativa da “multidão vulgar” que, nos documentos oficiais e pelos parlamentares do início do século XVII, tinha que ser metida nos porões dos navios e enviada para a “prisão sem muros” do Novo Mundo⁴². Quem assim votava e decidia, e assim argumentava e descrevia, não eram outros se não os sujeitos da modernidade de Brenner, empregando a “relativa democracia” que é obra sua, e os autores do iluminismo *avant la lettre* de Hill.

Finalmente, Hill estuda com detalhes a conexão entre a prática econômica da classe média e

38 Ibid. p. 17

39 Ibid. p. 20

40 Ibid. p. 7

41 Ibid. p. 28

42 Linebaugh, Peter. Rediker, Markus. **The many-headed hydra. Sailors, slaves, commoners and the hidden history of the revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon Press, 2000. p. 20

o desenvolvimento de sua cultura científica. É assim, por exemplo, que discute a difusão da descoberta dos logaritmos por John Napier. A primeira tabela de logaritmos publicada na Inglaterra foi dedicada à Companhia das Índias Orientais, e obras subsequentes sobre o tema foram dedicados aos Governadores da Companhia⁴³. Ora, os logaritmos são fundamentais para a invenção da régua de cálculo, técnicas de agrimensura, cálculo da capacidade de carga de navios, entre outras aplicações. Trata-se, portanto, da aliança de um avanço técnico de enorme importância – o “desenvolvimento das forças produtivas” – com a cultura de autonomia intelectual e o vanguardismo econômico inglês. Contudo, que esse vanguardismo tivesse consequências muito pouco promissoras para as populações indígenas dos territórios americanos explorados pela Companhia das Índias é fato ofuscado pela importância da celebração da modernidade inglesa por Hill⁴⁴. A conexão entre brilhantismo científico e econômico, por um lado, e violência colonial, por outro, não concerne ao argumento, embora devesse ser de bastante interesse para uma historiografia que tentasse entender, desde a perspectiva da totalidade, o processo de socialização capitalista e a história do pensamento moderno. Mas a preocupação é dar centralidade à modernização, e enaltecê-la desde o ponto de vista de uma suposta civilidade promissora por ela inaugurada.

Os paradoxos oriundos das questões que orbitam o processo de colonização terminam, de todo modo, maculando irremediavelmente o argumento de Hill: tratam-se de momentos em que sua simpatia pelos valores modernos volta-se contra si mesma. Aí, o materialismo da classe média, seu bom-senso prático que a levava a desconfiar do inútil pensamento especulativo dos teólogos, abrindo o caminho para o uso pragmático e esclarecido das faculdades cognitivas, aparece em suas implicações hediondas. O problema fica muito claro quando atentamos, por exemplo, à mudança de perspectiva inserida pelos esclarecidos de Hill no debate sobre o problema da população na Era Tudor.

Sabe-se como uma das marcas da ascensão do capitalismo agrário-mercantil na Inglaterra foi a acelerada substituição da terra arável por pastos de ovelha: primeiramente, para atender a demanda por lã da manufatura dos Países Baixos e, posteriormente, da manufatura doméstica. Em grande medida, é a isso que diz respeito o “cercamento dos campos” que desempenha papel tão importante no texto marxiano sobre a acumulação primitiva. Sua consequência foi a criação de um enorme contingente populacional despossuído e desterrado, que vagava pelo campo em busca de trabalho sazonal, e era obrigado a entregar-se à mendicância e ao banditismo, ocasionalmente à rebelião. Entre os burocratas e as classes letradas, a percepção comum era de que se tratavam de

43 Hill, op. cit. pp. 41-42

44 De sua análise dos relatos dos executores do empreendimento colonial da Companhia das Índias, Cave extrai a ideia de que a política indígena era pautada pela “coerção calculada”. Expressão certa! Cave, Alfred A. **Lethal encounters. Englishmen and Indians in colonial Virginia**. Santa Barbara: Praeger, 2011. p. 52.

populações excedentes: os textos da época, por falta de acuidade ou por malícia, falam de um crescimento demográfico vertiginoso, e não de transformações econômicas. Não demorou para que as autoridades regionais e a Coroa inglesa mobilizassem contra essa população vagante todo o aparato repressivo de que tinha ao seu dispor, especialmente sob a forma de uma política penal baseada nos castigos físicos: chicotadas, amputações, enforcamento.

Várias figuras da classe média empreendedora admirada por Hill começaram a questionar essa visão, contudo. Uma dessas figuras foi Richard Hakluyt, que Hill nos apresenta como eminente químico, botânico e integrante de vários dos círculos de letrados que influenciavam e eram influenciados pela classe de “mecânicos”, empreendedores, tradutores, divulgadores, etc⁴⁵. Ocorre que Hakluyt era, também, um dos principais propagandistas da colonização inglesa. Entendeu muito rápido que a suposta superpopulação era apenas uma questão de perspectiva: a colonização resolveria esse problema doméstico na medida que as *plantations* na Irlanda e no além-mar funcionariam como “prisões sem muros”: a deportação, portanto, era a solução para os “enxames de gente à toa” que, na Inglaterra, não tinham utilidade econômica nenhuma⁴⁶, mas que, nas colônias, desempenhariam o trabalho que mais ninguém teria inclinação de realizar.

Há também William Gilbert, para Hill uma importante figura da estirpe de Hakluyt, astrônomo e físico, que “observava os trabalhos nas metalurgias, e conversava com os navegantes enquanto se preparava para escrever”, e dizia que “os verdadeiros filósofos não procuram por conhecimento nos livros, mas nas próprias coisas”. Esse inconteste luminar, ao mesmo tempo, refletia sobre a conexão entre a expropriação da terra arável na Inglaterra e a demanda de trabalho nas colônias, e é possível demonstrar como suas reflexões, bem como as de Hakluyt, têm relação direta com a draconiana política penal de deportação que se estabelece no final do século XVI⁴⁷.

Finalmente, temos Francis Bacon, um dos principais personagens do argumento de Hill, investidor, advogado, homem de Estado e – muito mais tarde – eminente filósofo da ciência. Hill dedica a Bacon um capítulo inteiro, no qual celebra a aliança entre a experimentação científica, a atenção às coisas práticas, e a sua preocupação com os aspectos materiais da administração estatal. E salienta sua arguta percepção: “compartilhava a visão de Hakluyt de que a superpopulação da Inglaterra era apenas relativa: uma resoluta política de drenamento dos pântanos, cultivo das terras selvagens e comuns, colonização da Irlanda” teria como consequência, em breve, nas palavras do próprio Bacon, “antes uma escassez que um amontoado de pessoas”⁴⁸. É claro que, nessa passagem, Hill simplesmente não leva em conta que todos os aspectos daquela “resoluta política”

45 Hill, op. cit., p. 39

46 Linebaugh, Rediker, op. cit. pp. 15-16.

47 Ibid. p. 56.

48 Hill, op. cit. p. 98

envolviam não apenas a prática direta do cercamento dos campos, com toda a violência econômica e extraeconômica implicada, mas a superexploração das populações despossuídas nos insalubres trabalhos de drenagem, bem como as violências genocidas do esforço colonial na Irlanda.

Observações semelhantes poderiam ser feitas a respeito de William Petty, figura de destaque na medicina e na economia⁴⁹, mas também veterano da conquista da Irlanda sob Cromwell, e formulador de uma teoria científica sobre as diferenças raciais. Defendia os trabalhos forçados e a escravidão com base num argumento puramente econômico: “por que é que os ladrões insolventes não deveriam ser punidos com a escravidão, ao invés de o serem com a morte? Enquanto escravos, poderão ser forçados a realizar tantos trabalhos, e com um custo tão baixo, quanto a natureza tolerar, com isso tornando-se equivalentes a dois homens integrantes da sociedade, ao invés de um homem dela retirado.”⁵⁰ Sua obra publicada postumamente em 1690 atende a todos os requisitos do iluminismo inglês de Hill: trata das coisas sociais desde da perspectiva puramente contábil da eficiência econômica, sem dedicar uma vírgula às questões morais que tanto interessavam ao pensamento medieval: o título, que diz muito, era *Aritmética Política*.⁵¹

Até mesmo homens como Francis Drake, responsáveis diretos por capítulos memoráveis do genocídio ameríndio, aparecem na obra de Hill apenas como personagens de uma vivaz e progressista troca de ideias sobre navegação, cartografia, fabricação e operação de instrumentos os mais variados, geografia e geologia, e outros avanços científicos relevantes para problemas tecnicamente difíceis. O republicanismo da Guerra Civil teria nascido dessa cooperação de espíritos livres, ambições mundanas, e conexões com o desenvolvimento científico e econômico, e não se indaga o que, então, teria sido originado pelo lado desumano dessas atividades – as deportações em massa, a destruição paulatina e calculada da agricultura de subsistência, o genocídio na Irlanda e na América. Assim, em resumo, é notável o quanto a apresentação das contribuições dessas figuras para a alvorada da modernidade precisa ser apresentada de forma parcial, seletiva, tendenciosa, para que o argumento de Hill funcione, e resulte na imagem de uma ideologia do progresso à qual vale a pena prestar atenção como quem antevê, nela, as promessas dialéticas da modernidade burguesa.

As interpretações tendenciosas de Hill, a parcialidade de sua análise documental, são evidência de que seu trabalho está a serviço de uma ideologia que limita e condiciona sua apreciação da história. A necessidade de encarar a modernidade primeva como prenhe das possibilidades históricas da democracia e da cultura intelectual burguesas exige que as implicações entre o capitalismo tecnológico nascente e a brutalidade nua da acumulação primitiva seja simplesmente ignorada.

49 Ibid. p. 74 n. 2

50 Apud. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 147.

51 Idem.

Outro herdeiro imediato dos “debates Brenner” é Neal Wood. Seu trabalho sobre os “fundamentos da economia política”⁵² tenta traçar uma correlação entre o materialismo cognitivo da classe média letrada do 1500, as origens da ideia de justiça social e o republicanismo burguês. Assim, o autor se debruça sobre uma série de intelectuais da Era Tudor, os quais “parecem haver estado entre os primeiros europeus que se engajaram extensivamente na observação empírica realista das condições sociais e econômicas”, atentando à “informação factual, muitas vezes sob a forma de estatísticas”, em um “procedimento que refletia uma crescente apreciação do processo social e da mudança”⁵³. Ou seja, está em jogo a ascensão de uma consciência histórica, a qual, ademais, seria acompanhada por uma consciência social. Sua “expressão persistente e consistente de compaixão pelo sofrimento dos pobres” combinava-se a “um chamado por reforma” que colocava esse grupo de intelectuais “entre os primeiros autores modernos a conceber a legislação como um instrumento poderoso e positivo de transformação social esclarecida”⁵⁴.

É importante notar que o termo coletivo pelo qual N. Wood designa seus intelectuais progressistas – “reformadores” – carrega a implicação importante de que sua consciência social tinha expressão na atuação junto ao Estado. Essa implicação casa com uma leitura acurada de que a Era Tudor foi um período de modernização institucional – ideia que, como vimos, é relevante também para A. Wood. Contudo, além de argumentar através do movimento de modernização institucional, N. Wood também precisa fazer uma avaliação a respeito do caráter dessa modernização: na medida que seus reformadores progressistas atuaram junto ao Estado, o Estado cristaliza ele mesmo elementos da sua consciência social esclarecida. Nesse sentido, o autor aprecia como o posicionamento teórico dos reformadores reverteu em práticas políticas concretas. “As dificuldades dos ‘pobres impotentes’ – os idosos, enfermos e órfãos que, tradicionalmente, deviam prover por si mesmos – foram, sob o reinado de Eduardo, aliviadas em certa medida pela Lei dos Pobres de 1531 e pela caridade privada”⁵⁵. O argumento é que a consciência social desenvolvida pelos “reformadores” teve consequências institucionais que refletiram positivamente na vida das “pessoas comuns” em sentido amplo: os setores sociais desfavorecidos. N. Wood está ciente do caráter de classe dos formuladores: assume de bom grado que se tratam de membros da elite letrada. Ao mesmo tempo, sugere que sua sensibilidade política extrapolava sua classe social.

Mas a menção à Lei dos Pobres, nesse contexto, é curiosa. Por um lado, é sabido que, através da legislação a respeito da pobreza, os governos Tudor e Stuart inauguraram e mantiveram

52 Wood, Neal. **Foundations of political economy: some early Tudor views on state and society**. London: University of California Press, 1994.

53 N. Wood, op. cit. p. 2.

54 Ibid. p. 3

55 Ibid. p. 18

ações de assistência aos pobres, inclusive através da coleta de impostos especiais⁵⁶. Por outro lado, é notável que as Leis dos Pobres também sejam conhecidas por introduzir uma série de instrumentos de criminalização da pobreza, entre elas a distinção entre “mendigos aptos” e “mendigos inaptos”. Os “idosos, enfermos e viúvas” de que N. Wood nos fala acima compreendiam os “mendigos inaptos”, ou seja, os incapazes de trabalhar, e a eles o Estado reconheceria o direito de mendigar (em determinadas áreas e em determinados horários e sob determinadas condições). Os “mendigos aptos”, contudo, seriam caracterizados como vagabundos voluntários, gente preguiçosa e daninha, sobre os quais o aparato punitivo inglês desencadearia seu inventário volumoso e criativo de torturas⁵⁷.

Se N. Wood supõe que essa dimensão repressiva das Leis dos Pobres tenha talvez escapado ao crivo humanitário dos seus reformadores, é algo que não sabemos: o autor simplesmente não se debruça sobre essa evidência. Tampouco lhe parece digno de nota que autores “materialistas”⁵⁸, preocupados com assuntos prosaicos, sejam tão completamente indiferentes ao fato de que as transformações econômicas das quais são defensores tenham consequências tão destrutivas para o grosso da população inglesa.

O primeiro dos “reformadores” tratados no livro de N. Wood, Sir John Fortescue, aparece sobretudo como um expositor da importância da limitação do poder monárquico e denunciador da tirania: “uma lei”, nos diz o arguto cavaleiro, “também é considerada cruel se aumenta a servitude e diminui a liberdade”⁵⁹. Fortescue comemora a existência do Parlamento, ao qual atribui a capacidade dos “ingleses” de livremente perseguirem a abundância material no trabalho da terra. E caracteriza essa terra como especialmente fértil, já que nela “os pastos estão cercados com fossos e sebes”, de modo que “as ovelhas dormem de noite nos campos sem guardas”. De fato, é justamente a preponderância da pecuária sobre a agricultura que faz do homem inglês alguém que “não [é] tão sobrecarregado pelo suor da labuta, de tal modo que vive com mais espírito, como viviam os patriarcas da antiguidade”⁶⁰. A referência explícita ao cercamento dos campos não torna o texto de N. Wood mais sensível à implicação de que os “ingleses” de que Sir Fortescue está tratando são os fazendeiros empreendedores que, através de sutilezas jurídicas e vantagem econômica, acobertados pelo Parlamento e às vezes pela Coroa, estão expulsando da terra os camponeses, substituindo a terra arável por pasto, desencadeando a onda de aumento de preços dos alimentos e reduzindo à mendicância extensas massas populacionais – as mesmas que depois serão agraciadas pelas Leis dos Pobres.

56 Bucholz, R. O. Key, Newton. op. cit. pp. 153ss.

57 Ibid. p. 85. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 18.

58 N. Wood, op. cit. p. 30

59 Apud. N. Wood, op. cit. p. 57

60 Apud. N. Wood, op. cit. p. 62

Também é digno de nota que N. Wood demonstre simpatia pelas pontuais providências assistencialistas do Estado Tudor, sublinhando seu vanguardismo. Tal demonstração é especiosa. É verdade que o período foi marcado por consistentes medidas, por parte do Estado, de atenção à “questão social”. Por outro lado, tais medidas precisam ser compreendidas como uma resposta às transformações socioeconômicas da acumulação primitiva: não apenas a *criação* de uma população de miseráveis, em virtude da ascensão da pecuária mercantil, mas também o desmonte da rede eclesiástica de assistência que funcionava desde o medievo. Em especial, existe abundante evidência mostrando que os mosteiros e casas religiosas desempenhavam uma série de funções junto às comunidades aldeãs, inclusive administrando cuidados regulares e permanentes aos “idosos, enfermos e viúvas”⁶¹. Ora, com a Reforma Inglesa, especificamente a partir de 1536, começa o desmonte das casas religiosas e, assim, a destruição das formas medievais de assistência. A partir desse ponto, o Estado Tudor precisa intervir na “questão social” na medida que inviabiliza as formas pré-modernas de lidar com ela a nível local – formas que existiam muito antes dos “reformadores” de N. Wood, e que funcionavam a despeito de qualquer materialismo moderno. Mais uma vez, vemos um juízo positivo sobre o processo de modernização ser emitido através do sacrifício de uma parte fundamental da evidência disponível.

Através dos exemplos de A. Wood, Hill e N. Wood, torna-se possível caracterizar a abordagem típica da historiografia sobre a alvorada da modernidade. Evidentemente, existem autores indiferentes à valoração da modernidade, ou cuja preocupação central é caracterizá-la e descrevê-la, e não avaliar seu sentido civilizatório. Mesmo nesses casos, contudo, não é incomum uma falta de rigor quando o assunto são as “pessoas comuns” – é o caso do já citado Hindle, que, apesar de conceitualmente muito cuidadoso, em certos momentos parece exagerar a representatividade dos processos de transformação envolvendo as elites aldeãs que estão no centro dos fenômenos que descreve⁶².

Uma voz que destoa da caracterização acima é a obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A Hidra de Muitas Cabeças*.⁶³ A alusão à criatura mitológica no título é inspirada nos relatos das elites políticas e intelectuais da alvorada da modernidade, nos documentos em que procuravam caracterizar as massas que ou bem ficavam nas margens do processo de modernização, ou bem resistiam ativamente a ele: os “comuneiros despossuídos, condenados transportados, servos por contrato, radicais religiosos, piratas, trabalhadores urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos [eram] as numerosas e sempre mutáveis cabeças do monstro”⁶⁴. Nesse sentido, a atenção

61 Fletcher, MacCulloch, op. cit. p. 42. Bucholz, Newton, op. cit. p. 86.

62 É o que se passa, por exemplo, quando fala dos interesses políticos e econômicos da elite em termos de uma “necessidade social” que pressiona para o crescimento do Estado. Hindle, op. cit. p. 16.

63 Linebaugh, Rediker, op. cit.

64 Ibid. p. 4.

dos autores recai justamente sobre a mais representativa parcela das “pessoas comuns” desconsiderada pelo emprego tendencioso do conceito exemplificada acima – sobre os inimigos da acumulação primitiva.

Trata-se de uma mudança significativa de perspectiva diante da literatura sobre o período, empreendida de caso pensado. Os sujeitos históricos de Linebaugh e Rediker não se tornam historicamente significativos por supostamente interagirem construtivamente com os processos econômicos do capitalismo nascente, mas por serem alvo da violência modernizadora, perecerem sob ela, e se rebelarem contra ela. A documentação mobilizada é em grande parte indireta: aprofundando as implicações da escolha do título, os relatos raivosos e temerosos das elites são postos para funcionar contra si mesmos, e os autores extraem daí, negativamente, o sentido emancipatório das ações que, longe da atenção de Hill e N. Wood, os grandes homens condenavam como rebeldia injustificada, selvageria arcaica, irreligiosidade, etc. Ao mesmo tempo, evidências da brutalidade da acumulação primitiva de capital entram constantemente na análise documental, de tal modo a tornar visível o teor de classe dos agentes históricos que, apenas devido à sua posição de capitães da modernização, foram capazes de legar testemunho ao historiador.

Assim, nas páginas da *Hidra*, os pioneiros americanos são uma tripulação de expropriados maltrapilhos e insurrectos, que não demoraram a reconhecer nos povos do Novo Mundo um análogo da sociedade comunal europeia desmontada pela acumulação primitiva⁶⁵, de tal modo que fugiam aos montes para viver com os indígenas, algo que a Companhia das Índias tratava como “sequestros” perpetrados pelos “selvagens”. A Guerra Civil inglesa é descrita como um processo no qual os setores populares, armados pela classe média, pressionavam por oportunidades de fazer valer suas demandas, e influenciaram o rumo dos acontecimentos através da escolha democrática dos comandos militares⁶⁶. Francis Bacon é lembrado como autor de “teoria da monstruosidade”⁶⁷, através da qual pretendia demonstrar que “as pessoas selvagens são como bestas e pássaros, feras naturais cuja propriedade passa com a posse, e vai para o ocupante”⁶⁸. De forma semelhante, John Locke e David Hume são colocados ao lado de figuras como William Petty e Morgan Godwyn: praticantes e/ou propagandistas das ciências modernas, por um lado, e teorizadores da supremacia racial branca, por outro⁶⁹. A presença do elemento feminino nas revoltas populares é resgatada através da simples opção por atentar a documentos usualmente desprezados, por tratarem do populacho caótico brigando por comida, pregando o milenarismo, em geral indiferente à construção

65 Ibid. p. 24.

66 Ibid. p. 105.

67 Ibid. p. 40.

68 Bacon, Francis. *Of an Holy War*. Apud. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 61.

69 Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 139.

das instituições modernas, ou lutando ativamente contra ela⁷⁰.

Em virtude dessa mudança de perspectiva, a obra de Linebaugh e Rediker insere uma novidade na tradição de interpretação da alvorada da modernidade – mas também fornece subsídios historiográficos para uma avaliação do sentido do nascimento do pensamento moderno. Seu trabalho realiza uma crítica contumaz à historiografia do progresso, e com isso deixa a sugestão de que é possível colocar a ideologia entusiasmada com as origens do iluminismo em contato com o conteúdo repressivo do projeto intelectual das elites que a formularam. Explorar essa sugestão é aquilo que o presente projeto pretende – não tanto visando desmentir ou denunciar a *falsidade* do republicanismo, da consciência social, dos valores científicos, mas tentando mostrar a *funcionalidade* dessas ideias para o processo de acumulação primitiva de capital.

Essa última abordagem é sugerida pelo tratamento dispensado por Linebaugh e Rediker a autores como Francis Bacon, cujo discurso político de apologia e propaganda da colonização foi construído lado a lado à sua afamada e progressista teoria do conhecimento. A questão é se tal paralelismo é apenas uma coincidência cronológica – ou seja, calhou de Bacon se interessar pelas ciências experimentais, ao mesmo tempo que era acionista da Companhia da Virgínia e oficial da justiça monárquica – ou envolve uma conexão filosófica profunda. Christopher Hill, como vimos, insiste na segunda possibilidade: figuras como Bacon foram na verdade sistematizadoras de um ideário coletivamente construído pelos setores sociais envolvidos nas transformações econômicas do período⁷¹. Contudo, Hill, e também N. Wood, insistem nessa conexão entre teoria e prática apenas na medida que isso contribui para o argumento sobre a gênese inglesa do iluminismo *avant la lettre*. Mas se é possível demonstrar que o contato com as “artes mecânicas”, com os problemas do governo, com a representação parlamentar, etc., estavam na raiz do pensamento moderno, também deve ser possível explorar a hipótese de que tal pensamento não permaneceu cego, indiferente e desconectado da acumulação primitiva de capital, uma vez que o avesso da ação de classe para “desenvolver” a economia foi o desencadeamento da violência econômica e extraeconômica contra as pessoas comuns (no caso, sem aspas).

Assim, o que o presente projeto visa é uma análise da obra dos pensadores ingleses da alvorada da modernidade, por um lado mantendo a atenção em suas contribuições para o ideário esclarecido e, por outro, para a acumulação primitiva de capital, não de modo a contrastar as duas dimensões, mas de modo a descobrir os liames conceituais entre elas. O interesse de tal abordagem consistiria simplesmente em não isolar o suposto progressismo dos pensadores em pauta de seu papel histórico enquanto representantes do capitalismo emergente. Procuraríamos um caminho

70 Ibid. p. 64.

71 Hill, op. cit. p. 96

filosófico que realizasse a conexão entre o republicanismo, o materialismo e a suposta consciência social dos primeiros elaboradores de um discurso filosófico propriamente moderno com os horrores da acumulação primitiva. Parece-nos que a *suspeita* de tal conexão encontra amplo fundamento nas numerosas superposições que fizemos acima entre o progressismo das ideias e a brutalidade do contexto em que são emitidas.

Metodologia

Em certo sentido, nossa sugestão investigativa vai de encontro à *Dialética do Esclarecimento* de Theodor Adorno e Max Horkheimer. Esses autores intencionavam, afinal, realizar uma crítica do esclarecimento tendo em vista o fato consumado da realização do projeto civilizacional esclarecido simultaneamente ao desencadeamento de processos sociais de dominação e destruição sistêmicos: “a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma catástrofe triunfal”⁷². Diagnosticavam uma “recaída do esclarecimento na mitologia”; ao mesmo tempo, estavam cientes de que “o esclarecimento exprime o movimento real da sociedade burguesa como um todo”⁷³, de tal modo que seria necessário procurar a causa da derrocada espiritual contemporânea “no próprio esclarecimento”⁷⁴.

Notavelmente, contudo, a despeito das referências cronológicas – a barbárie corrente na época da escritura do livro, e o processo histórico do iluminismo – o que os autores frankfurtianos realizaram não foi rigorosamente uma contribuição para a história do pensamento *moderno*: ao invés disso, miraram uma tese bastante mais geral. Para mostrar como a racionalidade científica, entendida como dominação da natureza, se tornou inextricável da dominação do ser humano, os autores traçavam uma linha de continuidade que ia desde o xamanismo, passando por Homero, até a Segunda Guerra Mundial e o fascismo. A ideia é que haveria uma linha de continuidade, sem cortes, entre a história burguesa e a pré-história, de tal modo que a socialização moderna, e o esclarecimento enquanto movimento intelectual, estariam internamente condicionados por aquilo que o movimento iluminista propagandeava como seu oposto: o mito, a lógica do medo e da violência, o poder cru autojustificado. Nesse sentido, a despeito do interesse dessa tese, o objeto da obra acaba sendo historicamente impreciso: uma ideia vaga de “tradição ocidental”.

Assim mesmo, o mote geral da *Dialética do Esclarecimento* – o esforço de buscar no interior do próprio ideário moderna os fundamentos da falência da sociedade esclarecida – não está inteiramente distante do campo aberto na historiografia da alvorada da modernidade por Linebaugh

72 Adorno, T. W. Horkheimer, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 19.

73 Ibid. p. 14.

74 Ibid. p. 13.

e Rediker. A atenção desses últimos autores à violência do processo civilizatório capitalista, e sua circunscrição, no seio dessa violência, da elite letrada, e de sua produção científica e filosófica, comunica-se com a intenção frankfurtiana de descobrir no próprio esclarecimento uma chave de leitura para os horrores da modernização capitalista. Diante disso, seria de interesse verificar se algumas leituras frankfurtianas a respeito do pensamento moderno sobrevivem ao escrutínio historiográfico no contexto da acumulação primitiva de capital, especialmente tendo em vista que um dos principais representantes daquele pensamento na *Dialética do Esclarecimento* é Francis Bacon, autor também privilegiado por Christopher Hill e por Linebaugh e Rediker.

Para clarificar o que estamos procurando sugerir, debruçemo-nos brevemente sobre o tratamento dispensado a Francis Bacon no capítulo inicial da *Dialética do Esclarecimento*. Introduzido logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo da obra, Bacon aparece designado por Voltaire como “o pai da filosofia experimental”⁷⁵, e pelos autores frankfurtianos como alguém que reuniu os “diferentes temas” do esclarecimento: “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber”⁷⁶. O sentido daquela dissolução, e dessa substituição, seria resumível em termos de uma ciência *eficaz*, uma forma de saber cuja capacidade metodologicamente garantida de produzir efeitos na realidade se deve à observação, catalogação e reprodução dos comportamentos naturais. Trata-se da conhecida equiparação baconiana entre saber e poder⁷⁷. É da repressão à imaginação que depende a observação acurada, o apego ao mero fato, e é do desencantamento da natureza que depende o ponto de vista distanciado que a torna um ambiente próprio para o exercício irrestrito do poder de produzir efeitos.

Ao mesmo tempo, a ciência eficaz baconiana recebe uma interpretação sociológica: “do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos dos empresários”⁷⁸. O ponto de encontro entre essa interpretação sociológica e a caracterização filosófica que expusemos no parágrafo anterior é uma tese sobre a natureza da abstração nas ciências.

Os autores frankfurtianos argumentam que a abstração é a ferramenta fundamental que viabiliza a repetibilidade dos procedimentos técnicos da ciência eficaz. Partem da ideia de que a elaboração de leis naturais com validade universal depende da “explicação de todo acontecimento como repetição”⁷⁹ (da lei), o que só é possível através de um procedimento que abstrai, que “elimina

75 Apud. *ibid.* p. 19.

76 *Ibid.* p. 19

77 Bacon, Francis. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 33.

78 Adorno, Horkheimer, *op. cit.* p. 20

79 *Ibid.* p. 26.

o incomensurável”⁸⁰ nas coisas de tal modo que “o que [é] diferente é igualado”⁸¹. Daí, parecem desenvolver um raciocínio por analogia, quando afirmam que o procedimento intelectual de encontrar o semelhante no que é diferente envolve uma operação idêntica à “mediação universal” envolvida na troca de mercadorias⁸². Trata-se, aí, da evocação de uma caracterização feita por Karl Marx no Volume 1 do *Capital*: a troca de mercadorias compreende a equiparação entre duas coisas distintas desde o ponto de vista qualitativo, mas que são comensuráveis desde o ponto de vista *quantitativo* do tempo de trabalho necessário para produzi-las. Devido à primazia da operação de troca na organização social burguesa, ocorreria que “não apenas são as qualidades dissolvidas no pensamento, mas os homens são forçados à real conformidade.”⁸³

Quer dizer: a submissão da natureza à abstração das qualidades e à igualdade formal no discurso científico tem um paralelo sociológico sob a forma da centralidade da mercadoria na reprodução social e na compra e venda de força de trabalho. Afinal,

... o preço [da] vantagem que é a indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar suas mercadorias [inclusive sua força de trabalho, diríamos] é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado.⁸⁴

Mas embora seja interessante e ilustrativo, esse argumento tem a fragilidade de estar baseado num fundamento analógico. Os autores realizam a escolha deliberada de descrever o comportamento epistemológico prescrito por Francis Bacon em termos evocativos da crítica marxiana à forma mercadoria, e então prosseguem sugerindo justamente essa similitude formal. Mas os processos envolvidos na introdução da forma mercadoria enquanto princípio de organização social são absolutamente incomensuráveis com os processos envolvidos no estabelecimento de uma cultura cognitiva determinada. De um lado, temos fenômenos históricos e políticos complexos – justamente, os objetos do conceito marxiano de “acumulação primitiva de capital” –; do outro lado, temos meras “regras para a direção do espírito”. Para que aceitássemos a analogia frankfurtiana como algo mais do que uma mera similitude em termos de forma estética, teríamos que supor um ponto de encontro material entre essas duas dimensões – entre a conformação concreta do capitalismo e o pensamento científico. Esse ponto de encontro não aparece na argumentação da *Dialética do Esclarecimento*, que, como assinalamos acima, fica oscilando ao longo de uma

80 Ibid. p. 27.

81 Ibid. p. 26.

82 Ibid. p. 27.

83 Idem.

84 Idem.

temporalidade demasiado ampla para permitir qualquer análise sociológica. Dessa forma, é como se Adorno e Horkheimer trabalhassem com a ideia de uma racionalidade que se impusesse sobre a realidade social ao longo de uma temporalidade ampla, sendo que o problema do estatuto dessa racionalidade, seja desde o ponto de vista metafísico, seja desde o ponto de vista sociológico, é ignorado.

Parece-nos, contudo, que é possível atravessar essa deficiência do argumento frankfurtiano, preservando parte do ganho cognitivo por ele sugerido. Se, superando as parcialidades da historiografia da alvorada da modernidade, nos propuséssemos a ler Francis Bacon e os demais formuladores do período não apenas desde a ótica de sua filiação aos problemas da deflagração do espírito científico e da suposta liberdade de pensamento, mas também como membros de uma elite de empreendedores e burocratas, poderíamos encontrar justamente o enraizamento do pensamento esclarecido na prática social moderna. Assim, poderíamos trazer à tona mecanismos históricos concretos – as ações do Estado moderno, as providências das classes proprietárias – que fundamentariam as analogias entre o discurso filosófico e as lógicas de funcionamento da sociedade burguesa.

É possível antecipar em que direção esse procedimento nos levaria atentando, novamente, para o pensamento de Francis Bacon – em especial, determinados problemas de interpretação de sua obra. Um desses problemas diz respeito ao que parece ser uma incoerência que afeta determinadas passagens importantes do *Novo Organon*⁸⁵. É significativo e surpreendente que, ao lado de sua conhecida atenção ao exemplo das artes mecânicas na defesa da eficiência científica pautada na produção dos resultados, tão do gosto de Christopher Hill, Bacon desenvolva um curioso argumento *contra* as aplicações práticas das artes mecânicas.

Nesse argumento, a preocupação em extrair frutos do trabalho experimental, produzindo imediatamente aplicações práticas, aparece atrelada ao vício da ambição, prejudicial ao esforço cognitivo. Quem procede com tal ambição, como no mito de Atalanta, “sai de seu caminho para colher a maçã dourada, interrompendo a corrida, e deixando escapar a vitória”. Bacon se explica: devemos “buscar experimentos esclarecedores, e não experimentos produtivos”. Apenas quando o processo cognitivo chegar a resultados seguros sob a forma de “axiomas devidamente descobertos e devidamente formados”, teremos à nossa disposição “não um auxílio superficial, mas substancial, à prática”⁸⁶.

Nesse contexto, deixando de lado a ideia de produção de resultados que é tão absolutamente

85 Bacon, Francis. Op. cit. As referências aos aforismas do *Novo Organon* serão doravante indicadas pelas iniciais NO seguidas do número do livro (1 ou 2), seguida de ponto, e do número do aforisma.

86 Bacon, NO 1.70. O autor usa a imagem do mito de Atalanta em vários outros lugares, como no *Progresso do Conhecimento*, Livro 1, V, 11. (Bacon, Francis: “The Advancement of Learning”. In: Hutchins, R. M. (ed.). **Great books of the Western World**. Vol. 30. Chicago: University of Chicago Press, 1952. p. 16).

central à sua definição de ciência verdadeira e desejável, o que Bacon afirma é que “o verdadeiro e legítimo objetivo das ciências é dotar a vida humana de novas descobertas e recursos”; entretanto, “a grande maioria das pessoas comuns não tem noção disso, e se preocupa apenas com salários e questões profissionais”⁸⁷. De fato, Bacon parece se voltar explicitamente contra o interesse e a vantagem pessoal, conceitos tão centrais ao discurso dos *Ensaios*⁸⁸, e tão caros ao pensamento materialista, prosaico, pré-esclarecido, definido por Hill e N. Wood⁸⁹. O “lucro, a reputação, ou vantagens similares”, não contribui para “aumentar a soma das ciências e habilidades”⁹⁰. As grandes descobertas das “artes liberais” ou “mecânicas” – Bacon fala da música, da astronomia, a fabricação do vinho, da cerveja, do pão – embora antiquíssimas, legaram poucos desenvolvimentos significativos ao longo dos séculos⁹¹, justamente porque os praticantes de tais artes estariam mais interessados na fabricação de coisas para o uso, a venda, etc., do que no desenvolvimento do verdadeiro saber. Essas afirmativas são desconcertantes porque estão em contradição com os princípios que orientam o próprio *Novo Organon*: a ciência pautada pela eficácia, e inspirada nas artes mecânicas, é colocada em oposição aos resultados do exercício dessas artes. É como se o desenvolvimento científico fosse contrário ao emprego efetivo dos frutos desse desenvolvimento.

Contudo, os ataques ao uso da ciência útil não dizem respeito a algum argumento aristotélico, pré-moderno, sobre a ciência como um bem em si mesmo. O que está em jogo aqui é, em primeiro, uma etapa do discurso baconiano a respeito da interferência do prazer e da satisfação no exercício proveitoso da ciência eficaz. Bacon vê por bem deixar o cientista de sobreaviso contra o orgulho, as inclinações pessoais⁹², a empolgação intelectual⁹³, e o próprio encantamento cognitivo, pois “aquele que estuda a natureza deve desconfiar de tudo que mais captura e cativa o entendimento”⁹⁴. O intelecto que se deixa impressionar é fraco, deformado, distorcido⁹⁵. Mesmo as disposições pessoais que favorecem a ciência – o entendimento afiado capaz de perceber ou bem as diferenças, ou bem as similitudes entre as coisas⁹⁶ – precisam ser tolhidos: enquanto meras disposições subjetivas, elas facilmente degradingolam em exageros, tornando-as incompatíveis com a temperada abordagem científica. Até quem “persegue o conhecimento com genuíno amor, e por si mesmo” acaba “perseguido uma ampla variedade de pensamentos e doutrinas, ao invés de uma

87 Bacon, NO 1.81

88 Bacon, Francis. *Essays*. Prometheus Books: New York, 1995

89 Wood, Neal. “Foundations of political economy: the new moral philosophy of Sir Thomas Smith.” In: P. A. Fideler, T. F. Mayer (eds.). *Political thought and the Tudor commonwealth*. London: Routledge, 2005. p. 150.

90 Bacon, NO 1.81

91 Bacon, NO 1.85

92 Bacon, NO 1.54

93 Bacon, NO 1.56

94 Bacon, NO 1.58

95 Bacon, NO 2.32

96 Bacon, NO 1.56

investigação estrita e constate da verdade”⁹⁷: afinal, trata-se, aí, de mero “encantamento infantil”, às vezes “reforçado pela astúcia e pelo artifício”⁹⁸.

Assim como uma inclinação pessoal pode nos cegar para um traço objetivo da natureza, o exercício interessado das artes técnicas pode nos tornar parciais a determinados experimentos: a saber, os lucrativos. A ciência progride tanto com o erro quanto com o acerto, enquanto, em contraste, uma mentalidade diretamente comercial simplesmente evitaria realizar certos experimentos, precavendo-se de um fracasso custoso. “Os experimentos que iluminam são distintos dos experimentos que dão lucro. Aqueles têm em si um poder maravilhoso, a saber, o de jamais desapontar ou iludir”⁹⁹.

Mas por que negar terminantemente o papel da utilidade imediata e do lucro no desenvolvimento científico? Da mesma forma que a negação do prazer, o caminho argumentativo de Bacon parece flertar com o procedimento de decepar o braço para salvar o dedo, o qual não casa com o perfil do cortesão escaldado, intimamente implicado no desenvolvimento industrial e comercial da Inglaterra. Mas é que a motivação de tais argumentos não se esgota na prudência exagerada do metodólogo. O sentido mais completo da rejeição baconiana ao aspecto lucrativo das artes mecânicas aparece apenas quando consideramos tal rejeição sob o ponto de vista de um problema sociológico: a questão de quem é o sujeito social legítimo, capaz e eficaz da ciência. É preciso atentar para o fato de que as questões epistemológicas, em Bacon, aparecem como subsidiárias de um arranjo social, histórico e político. O ataque aos praticantes das artes mecânicas é apenas parcialmente um ataque de ordem cognitiva: é, muito mais, um argumento de natureza política, que culmina na insistência no papel do Estado no fazer científico.

Como em muitos dos temas baconianos, a porta de entrada para essa discussão é uma série de metáforas que logo se revelam pouco metafóricas, e muito literais. “Imagine um reino ou estado que baseia suas decisões e negócios não em cartas e relatórios de embaixadores e mensageiros confiáveis, mas nos rumores que se ouvem nas cidades e semelhantes trivialidades”: pois é isso que acontece – diz Bacon – quando a ciência depende da experimentação conduzida espontaneamente pelos mestres das artes mecânicas¹⁰⁰. Mas o que é, exatamente, que fica de fora das preocupações mundanas e imediatas dos praticantes das artes? Certamente não é o problema central da produção de efeitos, ou da eficácia: ao contrário, nesse tópico, eles são os grandes inspiradores, como o autor deixa claro em diversas passagens¹⁰¹. O que Bacon parece sugerir aqui e ali é que, no fim das

97 Bacon, NO 1.81

98 Bacon, NO 1.86

99 Bacon, NO 1.99

100 Bacon, NO 1.98. Em sua cuidadosa leitura de Bacon enquanto representante da classe média difusa e do saber “popular”, Christopher Hill parece ter pulado esse trecho.

101 Bacon, Francis. “The New Atlantis”. pp. 199-214. Bacon, Francis. “The Great Renewal”. In: **The New Organon**,

contas, existem problemas genuinamente científicos que estão acima da capacidade dos rústicos e interesseiros mestres de ofícios, especialmente porque exigem um distanciamento frente à aplicação prática imediata, por mais que tal aplicação seja o objetivo final.

Para ilustrar o que está em jogo aqui, atentemos à maneira como Bacon trata o uso militar da pólvora. Sua utilidade, nos diz o autor, está nos canhões, que servem para destruir muralhas. No entanto, a pólvora é o resultado de experimentos químicos que nada tinham a ver com os métodos usuais de destruição de muralhas: “ninguém que refletisse sobre as máquinas e aríetes dos antigos, por mais persistente que fosse, chegaria à descoberta do canhão que opera através da pólvora”¹⁰². Seu primeiro emprego foi exclusivamente recreativo: os fogos de artifício. Para que a pólvora chegue a substituir os aríetes e catapultas, é preciso um ponto de vista distanciado que considere-a não na sua utilidade imediatamente reconhecível e comercializável, mas que foque em suas propriedades objetivas: a combustão rápida e explosiva. Conforme argumenta Bacon, ao fabricante de aríetes e ao fabricante de fogos de artifícios, engajados em seus nichos específicos, estaria vedada a preocupação com o isolamento científico dessas propriedades.

Mas há um problema adicional, aqui. A atividade competitiva e anônima dos mestres de ofício produz um material amplo e variado, uma numerosíssima abundância de procedimentos eficazes para resolver um sem-número de problemas que aparecem como problemas práticos imediatos e independentes. O carpinteiro utiliza o calor para endurecer a madeira, o fabricante de bebidas para a destilação, o ferreiro para amolecer o metal; mas nem o carpinteiro, nem o fabricante de bebidas, nem o ferreiro estão preocupados em entender o que é que, no calor, torna-o eficaz para alcançar efeitos tão distintos. O que interessa a Bacon é fazer notar que a manutenção constante desse ponto de vista, que abarca os efeitos alcançados por diferentes artes, e é capaz de uni-los pela análise e pela experimentação, promoveria um incremento inaudito nas descobertas científicas. Trata-se de fazer uma ciência que, por cima das artes mecânicas, e independentemente de suas necessidades imediatas, organize e estude a capacidade humana de produzir efeitos.

Nesse sentido, o problema não é exatamente o lucro, mas a perspectiva gnosiológica privada. E tampouco o que Bacon advoga não é que a ciência se torne inútil, mas que sua utilidade seja potencializada através de um disciplinamento da experimentação que, ademais, deve ser socialmente organizado. Deve-se visar a organização da produção de efeitos pelas artes mecânicas em termos de “leis seguras”, registrando os experimentos por escrito e incluindo-os numa “história natural”¹⁰³. Esta consistiria, a rigor, num “estoque de particulares”¹⁰⁴, ou num inventário de

p. 7. Bacon, NO 2.31.

102 Bacon, NO 2.31

103 Bacon, NO 1.101

104 Bacon, NO 1.103

operações e efeitos correspondentes. Com essa história natural, a totalidade dos experimentos ficaria “à mão”¹⁰⁵ e poderia ser colocada “diante da atenção e juízo de um homem”¹⁰⁶. Essa organização eficiente do saber científico tem as feições de um armazém do qual o cientista-administrador poderia, a qualquer momento, fazer o balanço. O acesso às informações assim armazenadas seria, ainda, facilitado pela confecção de “tabelas de descoberta”¹⁰⁷ que ordenariam e inter-relacionariam a multiplicidade de experimentos e resultados.

Por outro lado, na medida que o material a ser abarcado por tais tabelas é vastíssimo, o esforço organizacional proposto por Bacon está acima das capacidades de qualquer ser humano isolado, mas subentende uma espécie de organização social da produção do conhecimento, do tipo que só poderia ser imaginado por alguém antenado com o desenvolvimento da capacidade administrativa do Estado na alvorada do capitalismo. A “coleção de história natural e experimental que concebemos, e que deveria ser realizada, é obra vasta, e quase régia: uma obra de muito custo e esforço”¹⁰⁸. A discreta reticência com que a iniciativa da Coroa é evocada através do “quase”, nessa passagem, é abandonada em outros contextos. No *Nova Atlântida*, a atividade científica é apresentada como operação coordenada, supervisionada, tutelada, administrada e financiada pelo Estado monárquico. Em outro ponto no *Novo Organon*, Bacon lamenta: “O crescimento das ciências vem inevitavelmente das grandes inteligências; mas os prêmios e recompensas das ciências estão nas mãos do vulgo e de príncipes que, com raras exceções, não são nem moderadamente sábios”¹⁰⁹.

Mas o alvo preciso dessa lamentação não é a ignorância, pelo menos não a dos príncipes, visto ter Bacon tecido um volume constrangedor de oblações para a sabedoria de monarcas e de membros da nobreza britânica. O que é problemático para nosso autor é o fato de que a forma como a ciência é socialmente produzida não atende às necessidades específicas da ciência¹¹⁰. Em outros termos: a ciência não consegue alimentar-se de si mesma porque não há organização social suficiente para fazer com que os homens realmente sábios aproveitem o trabalho dos homens realmente sábios.

105 Bacon, NO 1.100

106 Bacon, NO 1.103

107 Bacon, NO 1.102

108 Bacon, NO 1.111

109 Bacon, NO 1.91

110 É por escolher não atentar ao sentido histórico do aspecto administrativo do fazer científico eficiente defendido por Bacon que Markku Peltonen é levado a afirmar que “não há nada em seus escritos [nos de Bacon] sugerindo que algum sistema político particular seria mais favorável ao progresso da ciência do que qualquer outro.” (Peltonen, Markku. “Bacon’s Political Philosophy”. In: Peltonen (org). **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 291). Bacon não é indiferente ao sistema político pré-moderno, fragmentado, onde as corporações de ofício controlam cidades mais ou menos autônomas dentro do reino. Apenas um sistema político dotado de uma autoridade central particularmente forte seria capaz de realizar o projeto científico baconiano: o sistema político moderno.

Ora, o argumento que Bacon está montando, aqui, estabelece uma relação entre uma condenável motivação profissional dos mestres de ofício no exercício da experimentação, de um lado, e a necessidade de tutela estatal da experimentação, de outro. Tal relação extrapola a teoria do conhecimento, e espelha um problema político fundamental da Era Tudor: o embate entre o Estado moderno em formação e as corporações de ofício ou guildas, importantes e poderosas instituições medievais cuja autonomia resistia à centralização estatal.

Enquanto associações profissionais, as guildas haviam controlado e supervisionado as “artes” durante a Idade Média. A filiação a tais organizações era requisito para seu exercício profissional nos ramos da economia por elas geridos¹¹¹, de modo que os mestres de ofício de que fala Bacon seriam, inevitavelmente, membros. A história da origem das guildas é a história da origem e do fortalecimento político das cidades na Alta Idade Média. Porém, o desenvolvimento econômico específico ao início da Era Moderna ocorrerá ao largo do espaço de influência das guildas de ofício: os novos sujeitos econômicos do período Tudor são as corporações mercantis, que começam a fomentar atividades econômicas nas regiões rurais despovoadas pelo cercamento dos campos, onde a autoridade das guildas não chegava. Financeiramente dependente das corporações mercantis, e politicamente aliado com os novos setores econômicos, a Coroa Tudor empreendeu um ataque paulatino à autonomia política e ao poder econômico das corporações de ofício¹¹².

O discurso de Bacon se insere nesse contexto. Por um lado, existiam conflitos específicos entre interesses de Estado e corporações de ofício: por exemplo, em mais de uma ocasião, a Coroa Tudor importou mestres de ofício estrangeiros com intuito de colaborar no desenvolvimento da indústria bélica inglesa¹¹³, num gesto que desafiava o monopólio das guildas. Interferências desse tipo se tornavam necessárias na medida que a natureza mesma das guildas conspirava contra uma apropriação e/ou direcionamento estatal na produção material e na construção de conhecimento, visto estarem tais processos submetidos à lógica do segredo profissional. O juramento realizado pelos aprendizes que ingressavam nas guildas londrinas no início do século XVI incluía a sentença: “do dito mestre guardar fielmente os segredos”¹¹⁴. A organização do desenvolvimento técnico no âmbito das guildas era tal que garantia um acesso restrito aos procedimentos inovadores, e seu compartilhamento seletivo e gradual entre os membros da corporação¹¹⁵. Evidentemente, uma das

111 De acordo com um Estatuto de 1363. C.f. Marshall, T. H. “Capitalism and the Decline of the English Gilds”. In: **Cambridge Historical Journal**, Vol. 3, No. 1 (1929), p. 24.

112 Por exemplo, através do chamado “Statute of Artificers”, de 1563, o qual “efetivamente transferiu para o Estado as funções das velhas guildas profissionais”, evidentemente causando muita grita nos meios artesãos. E. K. Hunt e M. Lautzenheiser. **History of economic thought. A critical perspective**. New York: M. E. Sharpe, 2011. p. 22.

113 Clay, C. G. A. **Economic expansion and social change: England 1500-1700**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 214-215,.

114 Epstein, S. R. “Craft Guilds, Apprenticeship, and Technological Change in Preindustrial Europe”. In: **The Journal of Economic History**. Vol. 58, No. 3 (Sep., 1998), p. 694.

115 Idem, p. 699.

motivações para tanto consistia na vantagem comercial garantida pelas inovações técnicas, o que tornava-as inacessíveis ao projeto de administração científica da descoberta ambicionado por Bacon.

Diante de tudo isso, é digno de nota que, embora traduza o problema político dos mestres de ofício nos termos *morais* da ambição e da motivação econômica, Bacon não sugere uma solução de mesmo cunho, ou seja, moralizante, como era praxe no pensamento renascentista. Bacon não recomenda a reforma do caráter defeituoso dos mestres de ofício: ao invés disso, oferece uma solução *administrativa*, a interferência estatal no fazer científico. Trata-se de uma solução absolutamente atenuada com a abordagem governamental moderna, e cujo conteúdo, portanto, não é unicamente filosófico, mas também político. Não se trata apenas de mostrar parcialidade pela ideia coerente de um saber administrado por autoridades iluminadas no sentido do progresso e do bem comum, mas de ajudar a lançar pás de cal sobre as organizações profissionais medievais.

À perspectiva administradora sobre a consolidação do conhecimento científico não escapa a concepção fundamental da centralidade da eficácia: o objetivo da intervenção estatal sobre o fazer científico é tornar o fazer científico mais eficaz. Mas o que significará a eficácia, aí? Enquanto resultado da aplicação do método no comportamento cognitivo do indivíduo, a eficácia tem a forma dos axiomas, instruções repetíveis capazes de produzir com segurança efeitos previsíveis. Na medida que o método relaciona-se não apenas com o comportamento cognitivo individual, mas com a ciência enquanto processo social, a eficácia significará uma ciência que avança e progride. O que a crítica à ambição momentânea dos mestre de ofícios realiza é justamente essa mudança de foco: da produção de efeitos episódica, para um processo histórico contínuo, o progresso científico.

Com isso, entramos na tematização da relação entre ciência e sociedade. A obra de Bacon nos oferece vários pontos de partida promissores para a elucidação de tal relação, os quais orbitam, todos, uma dissociação entre o progresso científico e a mudança social. A relação entre o progresso científico, a administração estatal, e a dimensão social do trabalho da ciência evocam uma discussão política que Bacon, o astuto funcionário, seria incapaz de deixar de lado. Ele encontra espaço, no próprio *Novo Organon*, em meio às considerações sobre a constante transformação implicada pelo fazer científico, para compará-lo às transformações sociopolíticas. “A melhora nas condições políticas”, nos diz Bacon, “usualmente envolve violência e distúrbios, enquanto que as descobertas trazem bênçãos e benefícios sem causar injúria ou tristeza”¹¹⁶. De fato, “nas coisas civis, a mudança, mesmo que para melhor, é verdadeiramente suspeita, devido às perturbações que causa. Pois a política está baseada na autoridade, no consentimento, na reputação e na opinião, e não na demonstração. Porém, nas artes e ciências, tal qual em uma mina, deve haver sempre o ruído das

116 Bacon, NO 1.129

novas obras e do progresso crescente”¹¹⁷.

A novidade tem, portanto, sentido dúbio, e seu valor precisa ser modulado. Afinal, no período Tudor, as enormes transformações econômicas e tecnológicas por que passava a Inglaterra eram acompanhadas por um incremento da centralização política em torno da Coroa e das novas elites econômicas, e não por um alargamento da elite política. Essa situação foi expressa eloquentemente numa formulação de John Whitgift, Arcebispo de Canterbury, e tutor de Bacon em Cambridge, num diagnóstico da sucessão de rebeliões populares da época: “o povo é inclinado às novidades e às facções, e está sempre pronto a receber a doutrina que parece contrária ao estado presente, e favorável à liberdade”¹¹⁸.

O contraste entre o conservadorismo político e o progressismo cognitivo – posição embaraçosamente usual entre os pináculos do Iluminismo¹¹⁹ – nos diz alguma coisa sobre o problema das finalidades da ciência. A figura improvável sugerida pela filosofia baconiana seria a da produção científica de uma abundância material indefinida que erradicaria o estado de “miséria e pobreza” em que se encontra a humanidade, mas deixando incólume todas as “coisas civis” – em termos marxianos, um “desenvolvimento das forças produtivas” que não entrasse em contradição com as “relações de produção”. Evidentemente, tal constatação conspira fortemente contra o papel que Francis Bacon desempenha na obra de Christopher Hill.

O exemplo do problema do combate aos lucros imediatos da ciência mostra como a contextualização histórica não esvazia o conteúdo filosófico das teses de Bacon: ao contrário,

117 Bacon NO 1.90. Passagem de sentido idêntico se encontra nos *Ensaios*: “Seria bom que os homens em suas inovações seguissem o exemplo do próprio tempo, que de fato inova grandemente, mas tranquilamente, em graus quase imperceptíveis (...) Também é bom não tentar experimentos nos estados, exceto se a necessidade for urgente, ou a utilidade evidente. E é bom ter em conta que a seja a reformação a puxar a mudança, e não o desejo de mudança que intencione a reformação. E, por último, que a inovação, embora não seja rejeitada, seja ao menos vista como suspeita”. Bacon, *Essays*, p. 65.

118 Citado em: Fletcher, Diarmaid, op. cit., p. 6.

119 Exemplo particularmente eloquente (mas não isolado!) da tentativa de defender Bacon de seu próprio conservadorismo explícito é Deleule, Didier. “Francis Bacon: réforme de l'état ou réforme de la société?”. In: **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, T. 193, No. 1, 2003, pp. 79-101. C.f., especialmente, pp. 82-3, onde o problema é colocado, e pp. 87-8, onde o autor oferece sua resposta, aliás com o apoio do supracitado Julian Martin: a reforma do conhecimento de Bacon deve ser lida no sentido de um Iluminismo benévolo. Bacon intencionaria uma mudança de mentalidades que, no fim das contas, se espalharia pela sociedade e produziria um mundo melhor para todos. O problema dessa interpretação é seu caráter conjectural: explicitamente, Bacon está longe de demonstrar qualquer intenção política outra que a de promover a estabilidade econômico-política através do enriquecimento, do controle estatal, da política colonial e da guerra. Dar as costas para isso, na tentativa de mostrar a filosofia com simpatias científicas numa luz promissora, é ignorar a contribuição que seu texto pode oferecer para decifrar o aspecto inegavelmente brutal desse complexo fenômeno histórico que é a alvorada da modernidade capitalista. No mais, quanto ao papel iluminista da difusão do saber na reforma social, nos limitaremos a citar outro admirador de Bacon, o velho Kant, em um de seus panegíricos a Guilherme I: “somente aquele que, embora seja ele próprio esclarecido, não tem medo de sombras, e ao mesmo tempo tem à mão um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a tranquilidade pública, pode dizer aquilo que não é lícito a um Estado livre ousar: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes; apenas obedecei!” (Kant, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?”. In: **Textos seletos**. Trad.: F. S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 71).

mostra-as sob a luz de uma enorme relevância política, tão logo se leva em conta sua inserção dentro de um projeto econômico-social específico, ou de interesses de classe específicos: a alvorada do capitalismo.

Para continuar lançando luz sobre o procedimento intelectual que o presente projeto busca sugerir, no que se segue procuraremos salientar a afinidade entre a concepção de conhecimento baconiana e a operação econômica capitalista. Começaremos atentando especificamente a uma imagem evocada pelo autor como epítome da ciência eficaz aplicada: “nas artes e ciências, tal qual em uma mina, deve haver sempre o ruído das novas obras e do progresso crescente”¹²⁰.

Para começar, é digno de nota que Bacon fala da mineração com conhecimento de causa. Como seu pai antes dele, nosso autor era acionista da *Company of Mineral and Battery Works*, um dos dois monopólios de mineração estabelecidos pela Rainha Elizabeth I¹²¹. A mineração cresceu particularmente na Inglaterra do século XVII¹²², estimulando e beneficiando-se de desenvolvimentos tecnológicos de ponta. De fato, um dos tratados de arte mecânicas mais famosos do período é um tratado sobre mineração: o *De re metallica*¹²³ (“Sobre a natureza dos metais”, 1556), do autor alemão Georg Agricola Bauer, o qual, aliás, teve uma tradução dedicada à própria Elizabeth I¹²⁴. No que se segue, empreenderemos uma análise dessa obra, objetivando encontrar os fundamentos da argumentação baconiana a respeito da produção de efeitos nas artes mecânicas – tanto no que diz respeito ao seu caráter exemplar, quanto no que diz respeito à limitação gnosiológica imposta pelo seu aspecto privado.

O abrangente manual de Agricola pretende instruir sobre todos os aspectos da mineração, dos mais mundanos aos mais sofisticados, dos livros-caixa às bombas-d’água, da administração de pessoal à arquitetura: como investir nas minas, como contratar os trabalhadores e supervisioná-los, como realizar a prospecção de terrenos, como cavar o poço e escorar os túneis, como construir as ferramentas e máquinas, quando e onde utilizá-las melhor, como drenar a água, ventilar os corredores, construir fornalhas, empregar reagentes, etc. Aspectos da química, física, mecânica, contabilidade, são mobilizados em suas consequências práticas para todas as dimensões da atividade da mineração.

É importante notar que a obra de Agricola está amparada em princípios gnosiológicos afins aos de Bacon: o autor alemão afirma que “as coisas que vemos com os olhos e entendemos por

120 Bacon, NO 1.90

121 C.f. Pastorino, Cesare. “The Mine and the Furnace: Francis Bacon, Thomas Russell, and Early Stuart Mining Culture”. **Early Science and Medicine**. Vol. 14, N. 5, 2009.

122 Hobsbawm, E. “The general crisis of the European economy in the 17th century”. In: **Past & Present**, N. 5, N.6 (Maio, 1954), p. 35.

123 Agricola, Georgius. **De re metallica. Translated from the first Latin edition of 1556**. Tradução: H. C. Hoover e L. H. Hoover. New York: Dover Publications, 1950.

124 Hoover e Hoover: “Introduction”, in Agricola, **De re metallica**, p. xvii.

intermédio dos sentidos são mais claramente demonstráveis do que as que aprendemos por meio do raciocínio”¹²⁵. A resultante utilidade da sua obra é atestada pela sua popularidade de quase duzentos anos¹²⁶. Mas, desde a perspectiva baconiana, a contribuição do *De re metallica* para o conhecimento rigoroso da natureza dependeria de um esforço adicional ao que Agricola já realizou e deixou registrado em suas páginas. Seria preciso extrair as “produções de efeitos” relatadas por Agricola de seu contexto empresarial específico, reescrevendo suas instruções em termos de fenômenos químicos, mecânicos, etc., comparáveis com outros fenômenos apreendidos em outras áreas da atividade industrial, comercial, experimental, etc.

Atentemos exatamente à maneira como os procedimentos técnicos de que trata Agricola podem ser entendidos como “produções de efeitos”. A descrição feita pelo autor alemão da obtenção de substâncias químicas importantes à mineração tem a forma de um passo-a-passo: o vitríolo tem tal sabor, é solúvel em urina, deve ser misturado com isso e aquilo e posto para decantar em barris feitos de tal madeira; o nitro ocorre em terras com tal aspecto, e se deposita em fios de cobre¹²⁷. A finalidade dessas descrições é minerar; elas precisam ser transformadas de modo que sua finalidade seja o progresso científico. Para tanto, na concepção baconiana, seria necessário, por exemplo, que se perguntasse o que mais reage com a urina ou com o cobre, e de que forma, e em quês condições – até que se chegasse a perguntas mais específicas sobre a composição do vitríolo (hoje, tido como designação antiga para uma série de sulfatos), do nitro (hoje chamado nitrato de potássio) ou da urina, para, a partir daí, não mais se preocupar em prescrever o comportamento que o minerador precisa desempenhar de modo a controlar o vitríolo, mas descobrir o comportamento *dos sais* e, portanto, o do vitríolo e do nitro, ampliando consideravelmente o controle sobre todo um conjunto de substâncias.

Tais considerações esclarecem como o fazer científico propriamente dito ao mesmo tempo se beneficia e ultrapassa o relato técnico de um praticante das artes mecânicas. No entanto, é importante observar que os procedimentos cognitivos envolvidos em tal ultrapassagem não têm, em si mesmos, nada que os tornem especialmente incompatíveis com a iniciativa privada e o interesse próprio. Afinal, como qualquer habitante do século XXI está careca de saber, objetivos tais como a generalização de categorias experimentais, a descoberta de propriedades químicas, a reunião transdisciplinar de resultados, e o próprio progresso científico, estão longe de serem incompatíveis com a pesquisa científica orientada para a obtenção de lucro. Isso sustenta nosso argumento de que o fundamento da oposição entre o desenvolvimento científico e o exercício profissional precisa realmente ser buscado no ataque às corporações de ofício. Contudo, isso não esgota nosso interesse

125 Agricola. *De Ortu et Causis*, Livro III, apud. “Introduction” in Agricola, op. cit. p. xiii.

126 Hoover e Hoover: “Introduction”, in Agricola, *De re metallica*, p. xiii.

127 Agricola, op. cit., pp. 561ss.

no *De re metallica*.

O manual de Agricola tem ainda outras afinidades consideráveis com o espírito que anima a obra de Bacon. Trata-se de sistematizar e mobilizar um conhecimento construído e acumulado através da experimentação consolidada na produção de efeitos úteis para aumentar a eficácia prática de operações de lida com a natureza. A eficiência econômica é a finalidade implícita do exercício desse conhecimento tacitamente aplicável de que Agricola dá conta.

Também existe afinidade na perspectiva social específica lançada pelos dois autores sobre a mineração: seu olhar é o olhar do empreendedor, do investidor, do empregador. Assim como Bacon, Agricola vê a mineração como paradigma do trabalho tecnologicamente induzido, e exalta seu caráter ciclópico, fervilhante – e ruidoso¹²⁸. Mas é difícil crer que os trabalhadores braçais do ramo da mineração, que passavam a vida nas condições insalubres do subterrâneo, expondo-se ao risco constante de acidentes, e emergindo para uma morte prematura, sentiam a empolgação de nossos autores ao ouvir os rumores das explosões dos bolsões ocultos de gases, ou mesmo a martelagem quotidiana das picaretas. De fato, o papel bastante significativo que o ruído desempenha na cultura popular da Baixa Idade Média e do Renascimento liga-se predominante ao ócio, e não ao trabalho, progresso, ou algo que o valha: vide a flatulência e a eructação na literatura de Chaucer¹²⁹. Em contextos de trabalho, o ruído repetitivo é enfadonho, exaustivo, e finalmente massacrante, conforme representado em “O trabalho do debulhador”, do poeta popular Stephen Duck, do início do século XVIII¹³⁰. Para Duck, ele mesmo um trabalhador braçal, coisa “crescente” não é o “progresso” de Bacon¹³¹, mas a labuta diária interminável¹³².

Por tudo isso, são notáveis os contextos em que os trabalhadores braçais efetivamente aparecem no *De re metallica*. Eles figuram sobretudo na mesquinha contabilização dos feriados, na enumeração das penas por não trabalhar duro o suficiente, na discussão da técnica de controle do trabalhador pelo capataz, e coisas do gênero¹³³. Trata-se de um limite notável da pretensão enciclopédica da obra: a completude desse manual de artes mecânicas só chega até os fatores do empreendimento de mineração, tomando as vidas das pessoas envolvidas apenas enquanto funções da viabilidade comercial. De fato, essa funcionalização, em Agricola, é ela mesma teorizada: o autor concebe os trabalhadores como seres fundamentalmente transformados pelo seu trabalho – em

128 Por exemplo, Agricola, op. cit., p. 574.

129 Por exemplo, Chaucer, Geoffrey: “The Miller's Tale”. In: **The Canterbury Tales**. Disponível em: <http://sites.fas.harvard.edu/~chaucer/teachslf/milt-par.htm#TALE>. Acesso em setembro de 2018. Ver, especialmente, linhas 3805-3810.

130 Duck, Stephen. **Poems on several occasions**. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/e/ecco/004857010.0001.000/1:11?rgn=div1;view=fulltext>. Acesso em setembro de 2018.

131 Bacon, NO 1.90

132 Duck, op. cit.: “... Toils, which always grow anew.”

133 Agricola, op. cit., pp. 98ss.

homens melhores. São trabalhadores que “não descansam nem fazem nada se a necessidade exige que trabalhem; pois, às vezes, a irrupção de uma torrente de água os compele a trabalhar, às vezes um desabamento iminente, às vezes alguma outra coisa e, em tais situações, não é considerado pecado trabalhar nos dias santos.” E isso graças ao trabalho infantil: os negócios podem sempre seguir a pleno vapor, porque “trabalhadores dessa classe são fortes e acostumados à labuta desde que nascem.”¹³⁴ Ou seja, as vantagens de um dos fenômenos mais desumanos cobertos pelo conceito de acumulação primitiva são evocadas sem pudores. Na mesma linha, em meio à sua defesa das virtudes das minas, contra aqueles que enxergam-nas como “poços infernais”, o autor exclama: “Não! nem mesmo o trabalhador comum das minas é vil e abjeto. Pois, treinado para a vigilância e o trabalho de noite e de dia, ele tem grandes poderes de resistência quando a situação o exige, e facilmente sustenta as fadigas e deveres de um soldado, pois está acostumado a manter longas vigílias durante a noite, lidar com ferramentas metálicas, cavar trincheiras, dirigir túneis, fazer máquinas e carregar fardos. Por isso, especialistas em assuntos militares acham preferível o mineiro, não apenas ao comuneiro das cidades, mas até mesmo ao camponês rústico.”¹³⁵ Ou seja: o homem melhor de Agrícola é um homem que serve para algo, o homem economicamente eficaz – excelente coincidência! – é também militarmente eficaz.

De todo modo, aqui e ali, nas frestas do texto de Agrícola, emerge o horror da vida dos mineiros – especialmente, que fique claro, na medida que esse horror tem consequências para o “progresso incessante”: os desabamentos que os “submergem na destruição”¹³⁶, seus filhos que caem nos poços¹³⁷, os produtos químicos que corroem suas mãos e pés¹³⁸, os odores fétidos das profundezas da terra¹³⁹, as poeiras que, quando inaladas, chegam a expor os ossos em feridas abertas¹⁴⁰, a “labuta que é do tipo mais severo, e cheia dos perigos mais extremos”¹⁴¹. O conhecimento rigoroso não se espanta diante dessas atrocidades quotidianas, embora a arte mecânica nele baseada se mantenha convenientemente indiferente a elas, a tal ponto que a própria necessidade do padecimento do mineiro é apagada por um gesto leviano: segundo Agrícola, os acidentes só acontecem quando os trabalhadores são descuidados¹⁴². Ademais, embora “alguns desses males, bem como outros ainda, sejam ocasionalmente motivo para fecharem-se os poços”, a causa “primeira e principal” para tal fechamento não pode ser senão o esgotamento dos veios¹⁴³, e

134 Agrícola, op. cit., p. 100.

135 Agrícola, op. cit., p. 24.

136 Agrícola, op. cit., p. 99.

137 Agrícola, op. cit., p. 102.

138 Agrícola, op. cit., p. 114.

139 Agrícola, op. cit., p. 120.

140 Agrícola, op. cit., p. 214.

141 Agrícola, op. cit., p. 156.

142 Agrícola, op. cit., p. 6.

143 Agrícola, op. cit., p. 217.

jamais os sacrifícios humanos que impõem. Assim, o manual centrado na funcionalidade econômica concebe a vida humana fundamentalmente como um instrumento.

Isso se comunica com um conjunto de ideias que, em Bacon, chamaremos de *recalque da finalidade*. Se o exercício da ciência não pode, como vimos, envolver prazer ou satisfação pessoal, e nem pode ser imediatamente útil, é como se fosse vedado ao ser humano empregar a ciência para qualquer finalidade. Assim, é como se a eficiência da ciência fosse um fim em si mesma. Em *Agricola*, essa autocentralidade da ciência, através do problema do exercício eficaz da arte mecânica, reaparece e, devido ao contexto mais específico, mostra suas consequências completas. O empreendedor que, desde o ponto de vista técnico, concebe uma vida humana fundamentalmente submetida à funcionalidade econômica, também raciocina de costas para a manutenção da vida – dos outros. A mineração, coisa utilíssima para a humanidade, se oferece como motivo suficiente para a destruição dos seres humanos envolvidos nela. A despeito de passagens ocasionais em que aparece a protocolar retórica sobre a saúde ser mais importante que os lucros¹⁴⁴, o que fica claro no texto de *Agricola* é que a funcionalidade empresarial, o conhecimento e os instrumentos técnicos voltado para a eficiência econômica, são indiferentes e independentes das agruras da vida do mineiro. Ao mesmo tempo, essas agruras são tão terríveis que, mal mencionadas, já tornam evidente que apenas a privação material mais profunda levaria alguém a optar por tal trabalho: os sem-terra da acumulação primitiva.

É notável o quanto essa indiferença à vida das pessoas comuns se combina com a mesma grandiloquência a respeito das maravilhas da ciência que tanto encanta os comentaristas de Bacon. A defesa da mineração com a qual *Agricola* inicia sua obra apela para os avanços da ciência e sua relação com as benesses da civilização, exatamente na mesma linha do argumento do autor inglês. Se não fossem as minas e empreendimentos semelhantes, nos diz *Agricola*, “os homens passariam uma vida horrível e miserável no meio das feras”¹⁴⁵. A vida horrível e miserável respirando veneno, congelando os membros, perdendo a visão e deformando os ossos *não entra em questão diretamente*. E, a bem da verdade, a vida entre as feras parecia ser opção bastante atraente para a população expropriada, como atestam os atos governamentais contra a vagabundagem, abundantes na época, e as lutas frequentes pelos antigos direitos populares a cultivar e penetrar em florestas comuns. Mas, afora a eventual interrupção dos trabalhos por um desabamento ou explosão, a vida e a morte dos mineiros simplesmente não concerne a arte da mineração: no fim das contas, o empreendedor sempre pode achar novos trabalhadores, mais ou menos como as mulheres das regiões de terra tóxica, que, devido a altíssima mortalidade dos mineiros, casam-se até sete vezes

144 *Agricola*, op. cit., p. 214.

145 *Agricola*, op. cit., p. 14.

durante a vida¹⁴⁶.

Devido à depuração espiritual pela qual o cientista precisa passar, a satisfação material torna-se um ponto cego no discurso baconiano. O que a análise do texto de Agricola nos fornece é um exemplo do exercício de uma arte mecânica que, a despeito de sua evocação da satisfação de necessidades, permanece, em última instância, indiferente à vida humana, concentrando-se unicamente no desempenho econômico. A utilidade é combinada ao recalque da finalidade, e a funcionalidade econômica, ao virar fim em si mesmo, naturaliza o sacrifício e a destruição. O que, acima, apareceu como a indiferença da tecnologia frente às suas aplicações, no manual técnico de Agricola aparece com aspecto afirmativo: ser indiferente à vida é destruí-la.

Temos aí, finalmente, uma formulação que descreve bem o sentido civilizacional da operação econômica moderna no processo de acumulação primitiva de capital. Assim, através de uma análise do texto filosófico em conexão com uma produção intelectual técnica, e tendo como pano de fundo uma contextualização histórica precisa, podemos sugerir uma interpretação mais precisa para o efeito destrutivo da abstração evocado na *Dialética do Esclarecimento*.

O que o presente projeto vem propor é uma exploração do procedimento intelectual acima exemplificado. Analisaremos autores particularmente representativos do discurso filosófico montado à época da acumulação primitiva de capital. Seguiremos indicações da historiografia marxista, justamente de modo a salientar a diferença específica de nossa leitura. Assim, além do *Novo Organon* e dos *Ensaio*s de Bacon, nos debruçaremos sobre dois trabalhos de Thomas Smith: *De republica Anglorum*, de 1583,¹⁴⁷ e *A discourse of the common weal of this realm of England*, de 1549¹⁴⁸. Tratam-se de obras sublinhadas por N. Wood como pioneiras no que diz respeito à formulação de uma “concepção econômica do Estado”¹⁴⁹, e de uma leitura sociológica sensível à diversidade de interesses objetivamente associados aos diferentes setores sociais, inclusive na medida que encerram possivelmente o primeiro uso da expressão “sociedade civil” na língua inglesa¹⁵⁰. Ao mesmo tempo, Smith foi um dos pioneiros da sangrenta onda de colonização inglesa da Irlanda no século XVI¹⁵¹, de modo que a devida contextualização de sua obra oferece uma excelente oportunidade de procurar uma implicação entre a alvorada do republicanismo moderno e a violência civilizatória capitalista.

146 Agricola, op. cit., p. 214.

147 Smith, Thomas. **De republica Anglorum**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

148 Smith, Thomas. **A discourse of the common weal of this realm of England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1893.

149 N. Wood, **Foundations of political economy**, p. 2.

150 N. Wood, “Foundations of political economy: the new moral philosophy of Sir Thomas Smith”, p. 162.

151 Quinn, D. B. “Sir Thomas Smith (1513-1577) and the Beginnings of English Colonial Theory”. In: **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 89, No. 4 (Dec. 10, 1945), pp. 543-560. Morgan, H. “The Colonial Venture of Sir Thomas Smith in Ulster, 1571-1575”. In: **The Historical Journal**, Vol. 28, No. 2 (Jun., 1985), pp. 261-278.

Cronograma

1. Levantamento de bibliografia auxiliar: Mês 1 – Mês 3.
2. Leitura de bibliografia auxiliar: Mês 1 – Mês 6.
3. Formulação e redação das conclusões da análise pretendida: Mês 4 – Mês 11.

Referências bibliográficas

- Adorno, T. W. Horkheimer, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985
- Agricola, Georgius. **De re metallica. Translated from the first Latin edition of 1556**. Tradução: H. C. Hoover e L. H. Hoover. New York: Dover Publications, 1950
- Bacon, Francis: “The Advancement of Learning”. In: Hutchins, R. M. (ed.). **Great books of the Western World**. Vol. 30. Chicago: University of Chicago Press, 1952
- Bacon, Francis. **Essays**. Prometheus Books: New York, 1995
- Bacon, Francis. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000
- Berman, Marshall. **All that is solid melts into air**. New York: Penguin Books, 1988
- Braddick, Michael J. **State formation in Early Modern England, 1550-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004
- Brenner, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. **Past & Present**, No. 70 (Feb., 1976), pp. 30-75
- Brenner, Robert. **Merchants and revolution**. London: Verso, 2003
- Bucholz, R. O. Key, Newton. **Early modern England, 1485-1714: a narrative history**. Oxford: Blackwell, 2004
- Cave, Alfred A. **Lethal encounters. Englishmen and Indians in colonial Virginia**. Santa Barbara: Praeger, 2011
- Chaucer, Geoffrey: “The Miller's Tale”. In: **The Canterbury Tales**. Disponível em: <http://sites.fas.harvard.edu/~chaucer/teachslf/milt-par.htm#TALE>. Acesso em setembro de 2018
- Clay, C. G. A. **Economic expansion and social change: England 1500-1700**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

- Comninel, George C. “English Feudalism and the Origins of Capitalism”. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 27, No. 4, July 2000
- Deleule, Didier. “Francis Bacon: réforme de l'état ou réforme de la société?”. In: **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, T. 193, No. 1, 2003, pp. 79-101
- Dimmock, Spencer. **The origin of capitalism in England, 1400-1600**. Boston: Brill, 2014
- Duck, Stephen. **Poems on several occasions**. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/e/ecco/004857010.0001.000/1:11?rgn=div1;view=fulltext>. Acesso em setembro de 2018.
- E. K. Hunt e M. Lautzenheiser. **History of economic thought. A critical perspective**. New York: M. E. Sharpe, 2011
- Epstein, S. R. “Craft Guilds, Apprenticeship, and Technological Change in Preindustrial Europe”. In: **The Journal of Economic History**. Vol. 58, No. 3 (Sep., 1998)
- Fletcher, Anthony. MacCulloch, Diarmaid. **Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008
- Hill, Christopher. **Intellectual Origins of the English Revolution**. New York: Oxford University Press, 1980
- Hilton, Rodney. **Bond men made free**. London: Routledge, 2003
- Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002
- Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002
- Hobsbawm, E. “The general crisis of the European economy in the 17th century”. In: **Past & Present**, N. 5, N.6 (Maio, 1954)
- Kant, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?”. In: **Textos seletos**. Trad.: F. S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012
- Linebaugh, Peter. Rediker, Markus. **The many-headed hydra. Sailors, slaves, commoners and the hidden history of the revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon Press, 2000
- Marshall, T. H. “Capitalism and the Decline of the English Gilds”. In: **Cambridge Historical Journal**, Vol. 3, No. 1 (1929)
- Marx, Karl. “The British Rule in India”. In: **New-York Herald Tribune**, June 25, 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>. Acesso em setembro de 2018
- Marx, Karl. Engels, Friedrich. “Demands of the communist party in Germany”. Março de 1848, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/03/24.htm>

- Marx, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010
- Marx, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017
- Morgan, H. “The Colonial Venture of Sir Thomas Smith in Ulster, 1571-1575”. In: **The Historical Journal**, Vol. 28, No. 2 (Jun., 1985)
- Pastorino, Cesare. “The Mine and the Furnace: Francis Bacon, Thomas Russell, and Early Stuart Mining Culture”. **Early Science and Medicine**. Vol. 14, N. 5, 2009
- Peltonen, Markku. “Bacon's Political Philosophy”. In: Peltonen (org). **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- Quinn, D. B. “Sir Thomas Smith (1513-1577) and the Beginnings of English Colonial Theory”. In: **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 89, No. 4 (Dec. 10, 1945)
- Rocha de Oliveira, Pedro. **Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna. Estudo sobre a acumulação primitiva de capital**. Rio: PUC-Rio; São Paulo:, Loyola, 2018
- Smith, Thomas. **A discourse of the common weal of this realm of England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1893
- Smith, Thomas. **De republica Anglorum**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982
- Wood, Andy. **The 1549 Rebellions and the Making of Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007
- Wood, Neal. “Foundations of political economy: the new moral philosophy of Sir Thomas Smith.” In: P. A. Fideler, T. F. Mayer (eds.). **Political thought and the Tudor commonwealth**. London: Routledge, 2005
- Wood, Neal. **Foundations of political economy: some early Tudor views on state and society**. London: University of California Press, 1994